

POLITIKA

Rio, de 23 a 29 de outubro de 1972

Número 53 - Cr\$ 2,00

CEMAP - M. MEROEÇA
CLASS.



Darcy Ribeiro

DARCY

RIBEIRO: - AS

||||| = 12 TIRAD. | |||| = 5 GUAR. | |||| = 5 BRAS. | |||| = 7 CAMP. | |||| = 12 S. J. e Guairas. | |||| = 4 J. Mendes | B.L. - 14

RAIZES DA

G.A.B. 00000
CSC

NOSSA CRISE



O PREÇO DO BARATO

Timidamente, o general Glauco de Carvalho chamou a seu gabinete, na Superintendência da SUNAB, os donos dos supermercados para uma conversa franca sobre o abastecimento. O superintendente da SUNAB tinha um ponto-de-vista firmado. Achava que poderia baratear o custo de vida apenas com uma série de medidas, digamos assim, de ordem interna. Bastaria os comerciantes acabarem com as promoções.

As promoções das casas de secos e molhados vêm sendo motivo de atração e para isso o rádio e televisão têm servido bem. Ligue sua televisão e veja que a casa tal está oferecendo um quilo de salsichão a quem comprar um quilo de linguiça, uma esponja de aço por um tablete de sabão, um copo de vidro por uma garrafa de suco de maracujá, e uma infinidade de outras ofertas. O consumidor incauto não sabe que, ao comprar um dos produtos da promoção, está pagando o produto que leva de graça.

Foi isso que o general quis dizer mas não disse, ou interpretou de forma errada, acreditando que a diferença da promoção encarecia o preço do feijão, do arroz ou de outros gêneros de primeira necessidade, quando na realidade o preço do produto ofertado é pago por ocasião da compra da promoção. O superintendente da SUNAB pensa que as ofertas são descontadas nos preços dos gêneros de primeira necessidade, quando na realidade não são.

Os proprietários de supermercados saíram do encontro como entraram, certos de que poderão continuar oferecendo suas promoções e gastando fortunas na televisão e rádio, patrocinando programas caríssimos. Aliás, curiosamente, os principais programas da TV são patrocinados pelas redes de supermercados: Casas da Banha, Mar e Terra, Casas Sendas, Pão de Açúcar, os salários do Chacrinha, os castes das telenovelas e outros saem da boca do povo. As grandes firmas in-

dustriais, as lojas de eletrodomésticos não patrocinam mais nada. O negócio agora é a promoção.

O governo devia, além de proibir as promoções, mandar fazer uma investigação sobre as verbas de publicidades das casas de secos e molhados, pois o dinheiro que elas gastam com o patrocínio de programas de rádio, televisão, páginas inteiras de jornais e revistas, poderia ser revertido em benefício do consumidor. Assim, o feijão, o arroz, o fubá, a farinha, os ovos não seriam tão caros.

Antes de se preocupar com a embalagem dos ovos, com as promoções que não influem em nada no preço das mercadorias de consumo obrigatório, o Governo devia voltar-se para a publicidade das grandes organizações comerciais. Por que dizer na televisão que o arroz tal não tem *marinheiro* ou que o feijão tal é o melhor, quando toda gente sabe que as fontes fornecedoras são as mesmas, apenas a embalagem é diferente e a propaganda o torna mais saboroso, mais bonito e mais gostoso e, evidentemente, o consumidor tem que pagar por esta imagem?

O general Glauco Carvalho foi mal assessorado nesta questão, deixou escapar uma boa oportunidade para atingir o cerne do problema, que é a concorrência entre as grandes organizações, a concorrência da propaganda. Cada vendeiro, hoje, quer patrocinar o programa de maior audiência na televisão. Bráulio Pedrosa mostrou o problema em toda a sua nudez na novela *O Cafona* (patrocinada por um supermercado) só porque a figura central retratada era um concorrente. Entretanto, toda a classe estava ali retratada.

É tempo de dar um basta nesta corrida irracional. Não é possível que se tire da boca do povo o pão de ló que alimenta as loucuras da televisão e do rádio. Arroz e feijão não precisa de publicidade. São artigos de consumo obrigatório

Agenda

- Intensificar-se nos últimos dias os rumores sobre a fusão da Guanabara com o Estado do Rio. Como era natural, surgiram os desmentidos oficiosos de todos os setores, mas nenhum chegou a convencer. Quem estava convicto da fusão, não se convenceu. Na realidade, conforme *POLITIKA* publicou em seu no. 48, os estudos estão bem adiantados na área do Ministério do Planejamento, que designou técnicos para estudarem todas as implicações possíveis do que deliberaram chamar áreas metropolitanas, e aproveitaram para estudar também as implicações de São Paulo como uma megalópole. Os técnicos não negaram nem confirmaram a possibilidade de fusão dos dois Estados, confirmando apenas os estudos "a pedido do presidente Medici" e disseram que a fusão era uma decisão política que fugia à alçada deles. O certo, porém, é que os políticos dos dois Estados estão de antenas ligadas tentando captar qualquer rumor a respeito.
- Quem anda eufórico com a idéia da fusão da Guanabara com o Estado do Rio é o deputado Heitor Furtado, secretário-geral da ARENA carioca. Ele faz parte de uma comissão interparlamentar que estuda as implicações do Grande Rio e há tempos que vem defendendo a fusão. Acha que estes estudos iniciais poderão servir de base para uma posição mais séria.
- No Estado do Rio, está se esboçando uma pequena crise na área da energia elétrica. O chefe do gabinete do governador Raimundo Padilha, Raimundo Padilha Filho, que, como qualquer pessoa pode perceber, é filho do governador, resolveu interferir nas Centrais Elétricas Fluminenses — CELF —, e em decorrência disso já ocasionou a demissão de dois diretores do órgão, além de ter causado um mal-estar geral na empresa, onde ninguém confia mais em ninguém.
- O Ministro Delfim Netto resolveu adotar uma nova linha tática no seu relacionamento com os homens encarregados do abastecimento: convoca-os a seu gabinete, faz uma explanação do que quer e manda-os para o general Glauco de Carvalho, superintendente da SUNAB, para resolver os pequenos problemas pendentes. Em suma, Delfim resolve os problemas do atacado e o general Glauco os do varejo. Os donos dos supermercados ouvem os dois lados e tiram uma média, ou seja, reduzem os preços do arroz, feijão, fubá, ovos e farinha e aumentam os dos outros produtos.
- Raul Bendlin Filho acaba de ser eleito presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Uma das primeiras batalhas que Raul e seus companheiros de diretoria estão enfrentando é a da libertação das verbas mensais que sustentam o diretório, cortadas desde dezembro do ano passado.
- Uma poderosa financeira com sede em São Paulo, a TAA, acaba de adquirir o controle acionário de um jornal paulista e mais seis no Norte e Nordeste, além da agência de notícias Transpress, fundada por Oswaldo Nery, e que há muitos anos vinha sobrevivendo com dificuldades até o surgimento da Embratel, que praticamente a liquidou com a cobrança de tarifas altas e outras exigências de ordem técnica. O poderoso grupo pretende transformar a agência numa espécie de central de notícias para o cartel jornalístico que está implantando no País. Aqui no Rio, o grupo da TAA está interessado em comprar a Última Hora ao grupo que comprou o título de Samuel Wainer e está editando o jornal.
- O Diretório dos Estudantes de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da UFBa divulga a realização do II Encontro Nacional de Escolas de Arquitetura, com a participação assegurada de 19 escolas do País, de 23 a 28 de outubro, em Salvador.

**Darcy
Ribeiro**

No confronto entre os países anglo-americanos, um elemento se apresenta gritante: é que dois são os grupos, próspero e deserdado. Uma disparidade.

O ROSTO AMARGO DA AMÉRICA LATINA



Darcy Ribeiro é hoje um dos intelectuais latino-americanos mais lidos e mais respeitados em todo o mundo. Seus livros são sempre editados ao mesmo tempo em um mínimo de cinco línguas. Ainda agora, acaba de lançar **O Dilema da América Latina**, editado simultaneamente nos Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, México, Chile, Colômbia, Equador, Venezuela, Argentina e Uruguai. POLITIKA apresenta hoje um retrato da América Latina, de seu atraso e de suas possibilidades de desenvolvimento, escrito pelo professor Darcy Ribeiro. (A Editoria.)

Faremos um balanço numérico que situe a América Latina no mundo e mostre as diferenças de grau de desenvolvimento entre os diversos países do hemisfério. Examinando a situação das nações americanas em 1968, com relação a alguns indicadores usuais de desenvolvimento sócio-econômico (quadro I), ressalta, em primeiro lugar, o contraste entre o alto desempenho econômico e social alcançado pelos povos anglo-americanos e a posição medíocre dos latino-americanos. Isto significa que, embora contem aproximadamente com uma mesma base física ou territorial e com uma população um pouco maior (251 a 252 milhões), os latino-americanos ocupam uma posição oito vezes inferior em relação aos estadunidenses e canadenses, em quase todos os indicadores do desenvolvimento. Encontramo-nos diante de dois padrões estatísticos de caracteres contrapostos: o dos povos prósperos e o dos deserdados. No primeiro, encontramos os Estados Unidos e o Canadá e, em nível muito mais baixo, a Argentina e o Uruguai. Seus níveis de progresso encontram expressão nos altos índices de renda per capita (de 500 a 3.500 dólares), na maior proporção de população urbanizada (cerca de 75%) e de adultos alfabetizados (mais de 90%) e nos menores contingentes de mão-de-obra ocupados no setor primário (menos de 20%). Todos os outros povos americanos se encontram no complexo oposto e se caracterizam por sua situação geral de atraso. Pode-se distinguir entre eles, no entanto, graus diferenciais de sub-desenvolvimento. Assim sendo, Venezuela, México e Chile se sobressaem por possuírem índices relativamente maiores de renda per capita (mais de 400 dólares), de urbanização (mais de 60%) e de alfabetização (cerca de 80%). Em contraste com eles, destaca-se o pauperismo dos demais povos do continente, cuja situação só encontra paralelo nas áreas mais atrasadas do mundo.



Vários são os indicadores da miséria na América Latina. O que surpreende, no entanto, é que apenas a África e a Ásia a superem em empobrecimento.

O ROSTO AMARGO DA AMÉRICA LATINA

Não há como contestar: todas as nações latino-americanas participam com só 5 por cento da renda mundial.

Uma imagem ainda mais expressiva das dimensões do desenvolvimento desigual das nações americanas é oferecida pelo exame estatístico da posição que ocupam entre os grandes blocos continentais do mundo atual. Das variadas medidas possíveis da distribuição da riqueza e da pobreza entre os blocos de países, selecionamos os dados do quadro II que nos permitem apreciar a participação dos diversos conglomerados geográficos de povos nos totais mundiais, de acordo com seu território e população global, e com relação à renda gerada, à produção de aço, cimento e energia elétrica.

Os dados referentes a 1968 mostram os três primeiros conglomerados (América anglo-saxônica, Europa ocidental e Europa socialista) reúnem os povos mais prósperos da terra, já que, contando apenas com 26,3% da população, absorvem 70% da renda, 78,5% da produção de aço, 70% do cimento e 82% da energia elétrica. Observa-se, desse modo, que as sete décimas partes da humanidade, que vivem nas áreas subdesenvolvidas, apenas correspondem pouco mais de três décimas partes do produto do trabalho humano.

Se discriminamos esses conglomerados por regimes sócio-políticos, podemos verificar que, em 1968, os países socialistas representavam 24,5% da superfície mundial e que sua população correspondia a 32% da total, participando de 25,8% da renda mundial. No mundo capitalista, que abarcava todo o restante, se contrapunham 600 milhões de habitantes das sociedades desenvolvidas a mais de um bilhão restante das subdesenvolvidas, nas condições mais díspares de riqueza e pauperismo.

A produção total dos povos do mundo capitalista, calculada em 1.334 bilhões de dólares em 1965 (ONU, 1969), distribuía-se do seguinte modo: aos Estados Unidos, com menos de 7% da população mundial, correspondiam mais de 600 bilhões; à Europa ocidental, com 10% da população mundial, cerca de 400 bilhões; ao Japão e à Austrália, cerca de 100 bilhões, e a todos os demais países dependentes do sistema capitalista correspondia pouco mais de 230 bilhões da riqueza

produzida. Desta última cifra, cabia uma terça parte aos países latino-americanos. Verifica-se que, em percentagens, os países desenvolvidos, com 40% da população, absorviam 73% da produção global do sistema.

No quadro mundial, a América Latina, que por seu território constitui 15,1% do total e cuja população quase alcança 7,3%, participa em menos de 5% da renda produzida. Forma, portanto, uma área de pobreza. Só é superada pela Ásia e pela África; a primeira recebe uma parte ainda mais desproporcional do produto bruto, uma vez que, englobando 55,8% da população, absorve apenas 20,9% da renda. No caso da África, a miséria alcança níveis ainda maiores: 9,6% da população para 2,3% da renda.

A mais grave dessas disparidades, no entanto, está em sua dinâmica, pois esta favorece aos povos já desenvolvidos que experimentam, assim, uma aceleração em seu ritmo de progresso, de modo a, cada vez mais, tenderem a ampliar suas vantagens. A renda **per capita** dos norte-americanos, que em 1939 era de 555 dólares, aumentou para 3.578 em 1968, ao passo que, no mesmo período, a dos mexicanos passava de 61 para 511, a dos argentinos de 218 para 551 e a dos brasileiros de 44 para 271. Como se vê, apesar do aumento relativo desse índice nos países latino-americanos, a diferença da renda média anual dos Estados Unidos, em relação aos países mencionados, acentuou-se no período; entre os Estados Unidos e a Argentina, passou de 377 para 3.027 dólares; em relação ao México, aumentou de 494 para 3.067 e, no que diz respeito ao Brasil, variou de 511 para 3.307 dólares.

Outra disparidade notável é a que contrapõe, por seus ritmos de desenvolvimento, os países socialistas aos países integrados no sistema capitalista. As duas Ásias são um exemplo demonstrativo. Enquanto a Ásia socialista, representada pela China, experimentou, de 1950 a 1960, um aumento anual de seu



E cada dia o desnível aumenta

produto interno bruto de 11,7%, na Ásia capitalista, representada pela Índia, o mesmo índice apenas alcançou, em igual período, uma elevação de 4,3% (1). Os ritmos de desenvolvimento dos países da América Latina se aproximam mais do segundo modelo do que do primeiro, já que, naquela década excepcionalmente favorável a seu desenvolvimento, experimentaram aumentos médios da ordem de 7,6% no caso do México e do Brasil, e muito menores em todos os países da área (Kuznets, 1965).

Todos esses dados situam a América Latina entre as áreas subdesenvolvidas e, além disso, a caracterizam como um dos grupos de sociedades de mais lento ritmo de progresso, que, por isso mesmo, tende a perpetuar sua situação de atraso no quadro mundial e, inclusive, a retroceder com relação às demais, dada a sua incapacidade de acompanhar, com um aumento proporcional da produção, o seu alto ritmo de crescimento demográfico.

Examinando a posição dos diversos blocos geográficos existentes na América Latina, exposta no quadro III, e sua variação entre 1960 e 1968, comprova-se que, ainda nestas zonas de pobreza, existem marcadas disparidades. Desse modo, pode-se observar uma graduação que favorecia, em 1968, num primeiro plano, aos países do Cone Sul, 15,1% para 24,5% do PIB; logo se seguem a Mesoamérica (25% da população para 30,9% do PIB) e a Nova Granada que quase equilibrou a população (12,2%) com a renda (12,7%). Os outros blocos encontravam-se em situação visivelmente inferior.

A comparação entre a situação de 1960 e a de 1968 revela algumas mudanças significativas nas posições relativas dos diversos países. Entre as diferenças mais notáveis, observa-se o maior grau de desenvolvimento da Mesoamérica, devido quase exclusivamente ao México, e o da Nova Granada, devido sobretudo à Venezuela. Esses dois países aumentaram sua participação nos totais entre 1960 e 1968, absorvendo as reduções relativas, experimentadas sobretudo pelo Cone Sul e pelo Brasil, que sofreram uma forte recessão nesse período.



O ROSTO AMARGO DA AMÉRICA LATINA

Em termos latino-americanos, os ricos estão cada dia mais ricos, enquanto os pobres se debatem com problemas básicos de vida: é a estratificação.

POLITIKA

5

ekonomia



Mesmo que as nações desenvolvidas parassem, não seria possível a equidade

Ao Brasil, que se destaca do conjunto pelo tamanho de seu território (41,5%) e pelo volume de sua população (35%), correspondem apenas 24,5% da renda e 24,9% do valor da produção industrial. Os países do Cone Sul, que representam nada mais do que 15,1% da população, alcançavam, em 1968, 24,5% do PIB e 33,5% do valor da produção industrial, situando-se, desse modo, em uma posição mais elevada no conjunto. Isto significa que, em termos médios, cada argentino, uruguaio e chileno produz o dobro de um brasileiro.

A comparação das percentagens da produção brasileira de energia elétrica (34,4%) e de cimento (34,4%), com relação à América Latina, mostra uma participação ainda mais desproporcional no que se refere à população. Unicamente no ramo da siderurgia, os brasileiros tinham uma proporção um pouco maior, próxima a 40,5%. Ainda assim, reduziu-se em relação a 1960, uma vez que, naquele período, representava 48% do total. Como se vê, os "recordes" brasileiros quanto à vastidão territorial e à magnitude demográfica (segundo em população entre as nações ocidentais e primeiro entre os povos latinos) correspondem a nenhuma posição destacada relativa aos índices correntes de progresso econômico e social. Ao contrário, o Brasil se sobressai por seus altos coeficientes de pobreza e pelos ainda maiores de atraso quantificável, uma vez que contava,

em 1968, com 30% de analfabetos em sua população adulta.

O quadro IV permite avaliar o estado em que encontravam, em 1968, as nações mais adiantadas da América Latina em relação aos países desenvolvidos, de acordo com certos indicadores do progresso socio-econômico. É visível o contraste dos dados referentes aos onze países que configuram três níveis diferenciados: o primeiro, de desenvolvimento plano, ocupado pelos Estados Unidos e pela União Soviética; o segundo, de desenvolvimento em curso, ocupado pela França, pela Austrália e pelo Japão; o terceiro, de subdesenvolvimento, representado pelas nações que, na América Latina, alcançaram mais alto grau de progresso.

Embora esses índices sejam altamente expressivos, eles não chegam, em realidade, a mostrar toda a disparidade existente entre os povos pobres e ricos. A renda anual **per capita**, por exemplo, está muito mais próxima, nos países desenvolvidos, ao volume de recursos efetivamente disponíveis para os gastos de cada cidadão, do que no caso dos subdesenvolvidos. Isto se deve ao fato de que, nestes últimos, uma enorme distância separa as categorias sociais ricas e pobres, dando lugar a uma distribuição deformada da renda, que favorece de modo infinitamente maior o capital do que o trabalho. Os ricos dos países pobres não só dispõem de grandes be-

nefícios como também desfrutam de rendas maiores e têm a seu serviço mão-de-obra mais barata e abundante que lhes permite uma vida de ostentação que só os multimilionários dos países superdesenvolvidos podem gozar. A pobreza dos povos pobres também resulta muito mais acentuada. Sua indigência se apresenta nos campos e nas cidades como um mal generalizado e grave, cujas marcas se fazem notar até no aspecto de sua gente: baixa estatura, pele macilenta, sem viço, dentes careados; do mesmo modo também, a pobreza marca suas vestes, sua linguagem, sua postura peculiar e todo seu modo de ser.

Os dados referentes ao crescimento da população demonstram, além disso, que o problema dos países subdesenvolvidos é ainda mais grave, uma vez que, neles, o índice de aumento da mesma é 1,7 vezes maior que o da América do Norte, 3,3 vezes maior que o da França e 4,5 vezes maior que o do Japão. Partindo da suposição de que estes povos se encontrassem parados no momento histórico presente à espera do avanço dos demais (o que é evidentemente absurdo, posto que duplicam sua produção a cada 20 anos), só para manter a distância relativa entre uns e outros, assegurando aos novos contingentes demográficos, que crescem em ritmo intenso, a manutenção das condições da vida de hoje, seria necessário atingir uma taxa de crescimento econômico muitíssimo mais elevado que a atual.

Os hiatos continuam crescendo

Os estudos de S. Kuznets (1965) mostraram que os maiores aumentos do produto interno bruto **per capita** que se conhece para os longos períodos de tempo são os dos países socialistas, já que ultrapassam 6,5% por ano (2). Nesse ritmo e com uma taxa de crescimento demográfico de aproximadamente 3,1% por ano, o Brasil poderia, num prazo de quarenta anos, alcançar o nível de desenvolvimento dos Estados Unidos, na medida em que neste país se mantivessem invariáveis, desde agora até o ano 2.000, as mesmas taxas de crescimento demográfico (1,8%) e de elevação da renda nacional (2,9%) correspondentes à década de 1960.



O ROSTO AMARGO DA AMÉRICA LATINA

A América Latina só dispõe, a longo prazo, de uma saída: programar a economia de modo a não mais depender da ajuda externa, a sua atual solução.



Qualquer saída teria no nacionalismo o grande aliado

Nessas avaliações foram confirmadas para períodos recentes pelas projeções de Kahn e Wiener (1968) e pelos comentários que eles provocaram (M. H. Simonsen, 1969, J. I. Freitas, 1968 e Murilo Melo Filho, 1970). Com efeito, as projeções de Kahn e Wiener vieram a demonstrar que, ainda nas hipóteses mais favoráveis de desenvolvimento, a América Latina só conseguirá atingir um desempenho medíocre se continuar atada ao sistema vigente. Com uma taxa anual de 4% a 4,5% de incremento do PIB, que é bastante alta para os longos períodos de tempo, a Argentina precisaria de 69 anos para alcançar a renda **per capita** da América do Norte de 1965. O Brasil necessitaria, para o mesmo desempenho, de 130 anos, o México, de 162 e a Colômbia, de nada menos de 358 anos. As mesmas projeções, expressas em dólares, indicam que, enquanto os Estados Unidos saltariam, num verdadeiro **boom** econômico, de 3.557 dólares de renda anual **per capita**, em 1965, para 10.160 no ano 2000, o Brasil apenas progrediria, no mesmo período, de 280 a 506; a Colômbia de 277 a 359; e o México de 455 a 680; e a Argentina de 492 a 1.300. Como se vê, a expectativa de todos esses países é a de que, embora progredindo em ritmos substancialmente

maiores que o experimentado nos últimos anos, encontram-se nas próximas décadas, em situação relativa ainda pior, uma vez que a diferença entre sua renda **per capita** e a norteamericana passaria de menos de um décimo a menos de um vigésimo, desde agora até o ano 2000.

Essas avaliações, baseadas em um conjunto de estatísticas mais apertado que qualquer dos anteriormente compulsados, provocaram enormes efeitos na América Latina. A imprensa brasileira exasperou-se com a **catástrofe** de Kahn e Wiener e numerosos tecnocratas oficiais e oficiosos se puseram em ação para contestar aquelas projeções. Alguns deles demonstraram que, tomando como ponto de partida o ano de 1965, desfavorável à economia brasileira, Kahn fizera suas projeções demasiado sombrias, e que são verdadeiras. A correção, no entanto, apenas faria com que a diferença das respectivas rendas **per capita** passasse de um vigésimo para um dezoito avos. Outros, achando que os ritmos do aumento do PIB eram pouco flexíveis, aumentaram sobre as expectativas de crescimento demográfico, reduzindo hipoteticamente a população brasileira prevista por Kahn e Wiener para o ano 2000 de 212 para 168 milhões (o

O problema é a falta de iniciativa

que supõe um verdadeiro genocídio). Deste modo, reduzido o divisor do PIB, a renda **per capita** aumentaria dos 506 dólares de Kahn e Wiener para 757, num ritmo anual de incremento de 5%, e até pouco mais de mil, segundo o aumento que se atribuisse ao incremento anual do PIB.

Neste ambiente, os resultados preliminares do censo nacional do Brasil, de 1970, anunciando uma população de 93 milhões — algo menor do que a esperada, que era de 97 milhões — e as publicações oficiais revelando que nos últimos dois anos (1967 e 1970) o incremento do PIB total fora superior a 7%, atuaram como uma injeção de ânimo nacional.

Na verdade, não existem razões para um grande entusiasmo. Primeiro, porque se a população continua crescendo em ritmo decrescente, experimentado na última década, os brasileiros serão provavelmente 225,8 milhões no ano 2000. Segundo, porque inclusive com um ritmo de 7% do PIB global, haverá uma taxa de incremento de renda **per capita** menor que 4,5% ao ano, que voltará a situar o Brasil nas sombrias expectativas de Kahn e Wiener.

Esta argumentação falaz procura justificar uma política econômica que tem dois fundamentos: primeiro, manter a dependência, argumentando que somente por meio da aliança com as grandes corporações multinacionais será possível atingir elevados ritmos de progresso. Segundo, uma orientação econômica ainda mais privilegiadora dos grupos de altas rendas, baseando-se no fato de que, ao comprimir o nível de vida de 60% da população (que já vive em condições sub-humanas), seria possível dar aos 40% restantes um alto padrão de consumo e grandes oportunidades de desenvolvimento. Tais diretrizes estratégicas permitiriam uma expansão considerável do setor modernizado da economia para criar as bases de uma potência econômica, que, uma vez

amadurecida, trataria de integrar suas camadas marginalizadas. Terceiro, uma redução violenta no ritmo de crescimento demográfico, tal como o Japão está realizando — a qual, no caso de uma estrutura econômica e demográfica como a brasileira, teria o efeito de fazer praticamente impossível qualquer desenvolvimento real no futuro. As projeções estatísticas para longos períodos são completamente inseguras, razão porque devem ser utilizadas com cautela, inclusive porque não há qualquer indicação de que o progresso das nações desenvolvidas se produza linearmente por um crescimento exponencial do produto interno **per capita**, nem de que a ruptura com o atraso por parte das nações subdesenvolvidas se realize necessariamente segundo a mesma via. Ao contrário, o que caracteriza o capitalismo é a sua susceptibilidade em experimentar crises que interrompem, periodicamente, a continuidade de todas as conjunturas que se formam. Apesar dessas reservas, as referidas projeções possuem, ao menos, a utilidade de demonstrar a precariedade das soluções possíveis dentro do sistema capitalista e, inversamente, as potencialidades do socialismo.

O simples enunciado desses índices, como antecipação das conjunturas verossímeis, a partir da situação presente e das tendências em curso, dá uma medida da pressão que as aspirações de progresso cada vez mais veementes dos povos latino-americanos exercerão nos próximos anos sobre as estruturas atuais que os condenam ao subdesenvolvimento.

(1) Os dados foram tomados de S. Kuznets (1965), utilizando seu cálculo de índice de crescimento do produto total e não os dados oficiais chineses, que consignam um índice anual de crescimento do produto interno bruto da ordem de 22,7%.

(2) Segundo as estatísticas oficiais, o aumento anual do PIB **per capita** foi, entre 1950 e 1960, de 12,9% na União Soviética e de 16,3% na China. Kuznets reduz esses índices a 6,3% e 6,8% respectivamente.

(3) Essas proporções, no conjunto da América (excetuando Cuba), são ainda mais alarmantes, uma vez que as mesmas taxas decresceram de 2,2%, cálculo para o período 1950—1955, para 1,4% na fase 1955—60, caindo finalmente para 0,4% nos anos compreendidos entre 1960 e 1963, voltando a subir para 2,2% entre 1964 e 1970 (CEPAL).

O ROSTO AMARGO DA AMÉRICA LATINA

As teorias são passíveis das mais ferrenhas discussões. A verdade numérica, entretanto, só poderá ser contestada pelos que gostam de brigar com fatos.

QUADRO I
SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS POVOS AMERICANOS - 1968

	Território (milhares de km ²)	População (milhões)	Produto Interno Bruto (bilhões de dólares)	Produto Interno Bruto (per capita) em dólares	Estudantes Universitários (b) (milhares)	População urbana (b) %	Analfabetos adultos % (4)
1 - Estados Unidos	9.363	201.2	766.5	3.578	6.911.7	760	(2.0)
2 - Canadá	9.976	20.8	46.7	2.247	449.9	750	(3.0)
3 - Argentina	2.778	23.6	20.2	551 (a)	264.0	78.3	(8.6)
4 - Uruguai	187	2.8	1.5	552	17.1	79.4	(9.7)
1 - Brasil	8.512	88.1	28.1	271 (a)	180.1	46.9	30.4
2 - Venezuela	912	10.1	7.3	803	58.7	71.0	15.0
3 - Chile	757	9.3	5.7	449	57.1	69.6	10.4
4 - Colômbia	1.138	20.7	7.2 (a)	268 (a)	49.9	56.5	27.1
5 - Antilhas (1)	77	9.0	4.5	139	11.5	23.6	65.0
6 - Paraguai	407	2.3	0.4	195	5.9	35.4	31.0
1 - México	1.973	47.3	29.9	511	154.3	61.5	22.5
2 - América Central (2)	499	15.3	4.6	374	40.0	34.4	47.0
3 - Peru	1.285	12.8	3.1	246	86.8	48.1	28.0
4 - Equador	284	5.6	1.1	196	19.6	44.8	28.0
5 - Bolívia	1.099	4.4	0.7	147	13.3	34.9	-
América anglo-saxônica	19.339	222.0	766.5	3.454	7.361.6	76.0	(3)
América Latina (3)	19.908	251.3	92.6	370	958.3	53.7	(30)

Fonte: ONU, 1969, *Statistical Yearbooks*
(a) 1967
(b) 1969
(1) Haiti e República Dominicana
(2) Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá
(3) Sem Cuba
(4) Maiores de 15 anos

QUADRO II
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRANDES BLOCOS CONTINENTAIS NO TERRITÓRIO, NA VENDA E NA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1968

REGIÕES	Superfície territorial	População	Produto Interno Bruto (2)	AÇO	Produção de cimento	Energia elétrica
América do Norte (1)	14.3	6.4	29.8	24.5	14.8	38.4
Europa Ocidental	3.0	9.9	22.3	27.1	31.9	23.8
URSS e Europa Socialista	17.3	10.0	18.3	26.9	24.2	20.4
Ásia Socialista	7.2	21.9	7.5	3.2	2.4	2.7
Ásia Capitalista	13.0	33.9	13.4	13.9	17.3	8.3
América Latina	15.1	7.3	4.8	2.0	5.3	2.9
África	22.3	9.6	2.3	0.8	2.7	1.8
Outros	7.8	1.0	1.6	1.6	1.4	1.7
Total Mundial	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: ONU, 1969, *Statistical Yearbooks*
1 - Estados Unidos e Canadá
2 - Para chegar à composição percentual em 1968, foram aplicadas as taxas de crescimento do produto para as diferentes regiões. Para a China Continental, estimou-se um crescimento similar ao dos outros países socialistas.

QUADRO IV
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE DIVERSOS PAÍSES

	PIB total	Renda per Capita (dólares)	Incremento do PIB total (c) 1960-68	Incremento do PIB per Capita 1960-68	Consumo per Capita		Produção per Capita	
					Aço Kgs-habs.	Papel de imprensa Kgs-habs.	Eleticidade Kwh-habs.	Cimento ton-habs.
1 - Estados Unidos	766.5	3.578	5.1	3.7	685	41.1	7.136	0.34
2 - URSS	-	-	7.1 (c)	5.8 (c)	428	3.6	2.688	0.37
3 - Japão	113.4	1.122	10.3	9.1	494	15.5	2.677	0.47
4 - França	95.2	1.927	5.6	4.4	359	10.4	2.362	0.51
5 - Austrália	21.3 (a)	1.807	5.0	3.2	489	32.9	3.701	0.32
6 - México	29.9	511	6.7 (b)	3.1 (b)	75	3.1	481	0.13
7 - Brasil	28.1 (a)	271 (a)	4.1 (b)	1.1 (b)	55	2.9	433	0.08
8 - Argentina	20.2 (a)	551 (a)	2.9 (b)	1.3 (b)	94	8.7	756	0.18
9 - Venezuela	7.3	803	5.0	1.4 (b)	147	5.9	1.116	0.25
10 - Colômbia	7.2 (a)	268 (a)	4.7 (b)	1.5 (b)	28*	1.5	349 (a)	0.12
11 - Chile	5.7	449	4.8 (b)	2.5	68	5.4	740	0.13

Fonte: ONU, 1969, *Statistical Yearbook*
(a) 1967
(b) 1960-1967
(c) Taxa de crescimento do produto material
(d) 1966
(e) Taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores

QUADRO III
POSIÇÃO RELATIVA DOS DIVERSOS BLOCOS GEOGRÁFICOS QUE COMPÕEM A AMÉRICA LATINA

	População		Produto Interno Bruto a Custo de Fatores		Produto Industrial		Produção de energia elétrica		Produção de cimento		Produção de aço bruto	
	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968
Brasil	35.2	38.0	24.4	24.6	25.5	24.9	37.3	34.4	29.4	27.0	47.7	40.5
Coreia Sul (1)	16.4	15.1	28.1	24.6	38.0	33.5	26.8	24.2	25.6	22.2	18.0	19.1
Mesoamérica (2)	24.0	25.0	27.0	30.9	22.7	27.4	20.1	23.4	22.8	26.0	31.7	30.0
Novo Granada (3)	11.8	12.2	13.0	12.7	8.3	8.3	13.7	15.9	19.2	21.6	4.3	9.7
Altiplano Andino (4)	8.0	9.1	6.2	6.3	4.7	5.3	1.4	1.4	1.6	1.9	1.3	0.8
Antilhas (5)	3.6	3.6	1.3	1.1	0.8	0.6	0.7	0.7	1.4	1.4	-	-
América Latina	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: ONU, 1969, *Statistical Yearbooks*; CEPAL, División de Estadística, Sección Ctas Nacionales, *Producto Interno Bruto de los países de América Latina*, parte II
(1) Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai
(2) México e América Central
(3) Colômbia e Venezuela
(4) Peru, Equador e Bolívia
(5) Haiti e República Dominicana

QUADRO V
PERSPECTIVAS DE INCREMENTO DEMOGRÁFICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DE VÁRIOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

	População (milhões)		PIB (dólares de 1965)		Renda per Capita (dólares de 1965)		Anos necessários para alcançar o PIB per dos Estados Unidos de 1965
	1965	2000	1965	2000	1965	2000	
Argentina	22.4	33.4	11.0	43.0	492	1.300	69
Brasil	82.2	212.1	23.0	107.0	280	506	130
Colômbia	18.1	54.9	5.0	20.0	277	359	358
México	42.7	133.2	19.4	91.0	455	680	162

Fonte: Kahn e Wiener (1968)



“Não posso cantar meus males
nem a mim mesmo em segredo;
é tão cruel o meu fado, que
até de mim tenho medo” Frei
Caneca, no cárcere opressor

**Leon
Cakoff**

FREI CANECA, o subversivo do Primeiro Império

Em seu livro *Pernambucanos Célebres* (Edição da Typographia Universal, Recife, 1882) e historiador Francisco Augusto Pereira da Costa define Frei Caneca, “chocando-se sempre com as limitações de sua época” (agosto de 1779 a janeiro de 1825).

O estudo assíduo a que se entregava, a sede de sabedoria que o dominava, impeliam o mestre Caneca a fazer-se discípulo, e é por isso que as suas obras, variadíssimas pelos assuntos, esplendem raios de sabedoria, pela ostentação de seus conhecimentos, pela riqueza de sua ilustração; e quem as ler, admirará o gênio desse homem, educado numa simples colônia, onde a instrução ia pouco além da primária, pobre, sem recursos, todo centralizado pela metrópole.

Frei Joaquim do Amor Divino Rabello, cujo último nome substituiu pelo de Caneca, hoje legendário, foi admitido como noviço e tomou o hábito em 8 de outubro de 1796 e ordenou-se em 1801, con-

tando apenas 22 anos. No curso do seu noviciado, nos estudos necessários às últimas ordens, manifestou Frei Caneca o seu talento, adquiriu muita erudição, acumulou muito cabedal científico e apenas deixou as bancadas do aprendizado, recebeu a patente de Reitor em retórica e geometria em 1803, e com aplausos leu a cadeira de filosofia. Na sua ordem ocupou Frei Caneca o cargo de definidor e em 1809 foi nomeado secretário de Frei Carlos de S. José e Souza, depois bispo do Maranhão, incumbido da missão de visitador da mesma ordem”.

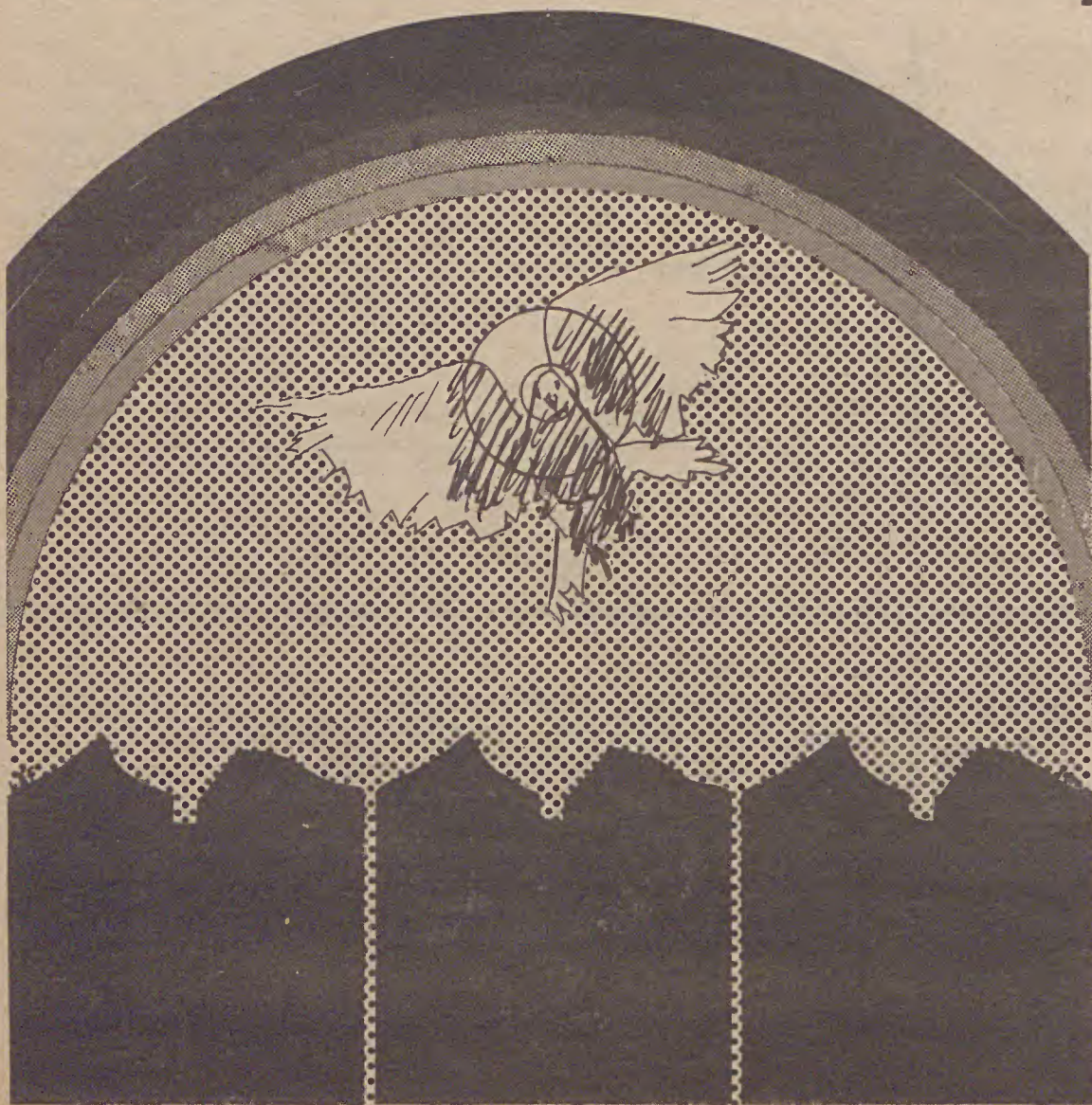
Frei Caneca transfere-se para Alagoas, em virtude do provimento que teve da cadeira de geometria. Voltou depois a Pernambuco onde abriu *um curso público e gratuito de retórica e poesia, filosofia racional e moral, e geometria*. Por cinco anos lecionou essas matérias com geral aproveitamento de seus discípulos... Já sacerdote e mestre, Frei Caneca foi tomar lições de mecânica e cálculo...

Não posso cantar meus males

nem a mim mesmo em segredo;

*é tão cruel o meu fado,
que até de mim tenho medo.*

É uma das suas composições nos cárceres da Bahia após por-se a frente dos revoltosos de movimento separatista ligados à Academia Paraíso que fez romper a revolução no dia 6 de março de 1817.



FREI CANECA, o subversivo do Primeiro Império

Idéias velhas não podem reger o mundo novo. O Brasil não é servil; detesta a escravidão, combate o despotismo e arrisca tudo pela liberdade.

O que se pretende que os brasileiros façam? Que beijem os ferros que lhes lançam?

Na lista dos presos da Cadeia da Relação da Bahia constava:

Frei Joaquim do Amor Divino, preso no dia 10. de junho de 1817, é acusado de aprender o serviço de soldado, de ser muito influído no serviço, de ser declamador, de fugir de Utinga para o Recife, de oferecer-se para missionar, de estar na Utinga, de ser capitão de guerrilhas, de ir no exército do sul para missionar, de fugir com os rebeldes e na debandada ser preso. Todas as imputações convencem o réu com a certeza de sua coação, como fica demonstrado na defesa geral, e com as razões expostas na sua alegação.

— Brasil Histórico, de Mello Moraes, 1867, pág. 205.

Foram quatro anos de prisão. A libertação veio em 1821 quando em Portugal uma assembléia constituinte decreta anistia geral. Nos dois últimos anos de prisão Frei Caneca escreve uma gramática da língua portuguesa. E antecedendo-se por bem mais que um século já protestava uma reforma ortográfica:

O alfabeto português é muito imperfeito. Para formar umas sílabas tem letras demais e para formar outras faltam-lhe letras; porque adotaram os homens alguns erros que comunicaram à posteridade? Reprovo o uso de duplicar as consoantes como por exemplo: bb — sabbado, cc — accento, dd — addição, gg — aggravo, ff — affeição, ll — elle, mm — grammatica, nn — anno, pp — appenso, ss — assembléia, ct — objecto, sc — sciência, pt — escripto; porque demora a escripturação e de nada serve à pronunciação; além disso, se nós falamos para sermos entendidos, não há coisa mais miserável que falarmos de modo que ninguém nos entenda. . .

Sua formação acusa influência de Montesquieu. Frei Caneca começa também a procurar mostrar que a rivalidade existente entre nacionais e estrangeiros estabelecidos na América provinha da falsa idéia que se fazia de pátria:

Porque, tendo-se comumente por pátria do cidadão unicamente aquele lugar em que se viu a primeira luz do dia, os europeus transplan-

tados na América, não amando o país, em que estão estabelecidos, nem olhando os seus naturais como seus irmãos compatriotas, empregam todas as forças em extrair dela as possíveis conveniências, ainda mais do que um inquilino costuma fazer no prédio que arrendou, e nada prestam aos indígenas de amor e bons ofícios, ou pelo irracional paisanismo lhes preferem em tudo outros europeus, como eles, e daqui nascem as injustiças, preterições, atrasos que os americanos têm sofrido dos europeus. . . Se o simples acidente de nascer em Portugal exige dos portugueses europeus afeto e caridade para com os lugares do seu nascimento, a que caridade não tem direito Pernambuco, que os acolheu, sustentou e honrou?

Idéias velhas não podem reger o mundo novo. . . Tudo isso dá bem a conhecer que o espírito do Brasil não é servil; detesta a escravidão, combate o despotismo e arrisca tudo pela liberdade.

Frei Caneca é jornalista. No momento em que se processa a emancipação do Brasil a liberdade da imprensa, porém, não está ainda fora de debate, não constitui um dogma do direito público. Mas por aqui, desde 1788, as palavras de Mirabeau eram difundidas: Que a primeira de vossas leis consagre para sempre a liberdade de imprensa, a liberdade mais inviolável, a mais ilimitada, a liberdade sem a qual as outras jamais serão conquistadas, porque é por meio dela que os povos podem conhecer seus direitos por obter, seus deveres e garantias.

Frei Caneca funda o periódico *Thyphes Pernambucano* e seu primeiro número sai a 25 de dezembro de 1823, quando mal chegava a Recife a íntegra da lei imperial de 22 de novembro de 1823, assegurando por decreto uma liberdade de imprensa. . . O *Thyphes* reivindicava o seguinte programa: político, nacional, livre, independente da censura e de toda espécie de influência, enquanto Frei Caneca escrevia que a liberdade é essa se ainda temos a língua escrava? Nele rebelava-se contra as interpretações de certos textos sagrados, relativos ao respeito

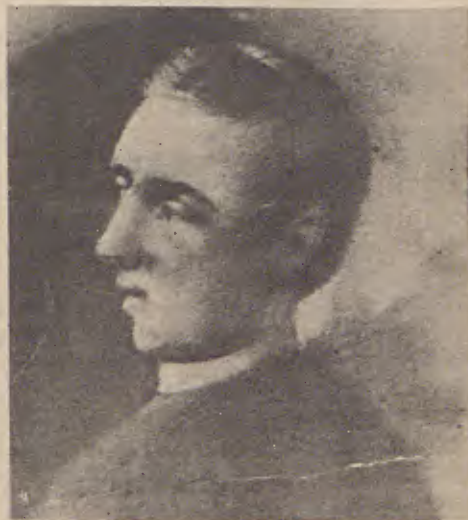
idos cristãos: com as autoridades constituídas: os anciãos da igreja estão estimulando a servidão e o despotismo.

Em julho de 1824 é proclamada a Confederação do Equador. É consequência do alarde imperial que anuncia por decreto a invasão brasileira por tropas portuguesas, suspende algumas garantias constitucionais e expede um corpo de exército sobre a província de Pernambuco. Frei Caneca já não mantém as reservas dos primeiros tempos. Diz que D. Pedro cobre de descomposturas os patriotas e o chama de caluniador. Ele pergunta que é que se pretende que os brasileiros façam. Que beijem respeitosamente agradecidos os ferros que se lhes lança, e pendurem no tempo da memória este novo anátema de escravidão?

Os dias de existência da Confederação foram tão curtos como os da república proclamada em 1817. Também os dias de Frei Caneca estavam contados e sua sentença já lavrada. Procura com outros companheiros a salvação pela fuga; partindo do interior da província, atravessa a Paraíba e chega até o Ceará.

A fuga do réu, diz ele próprio em sua defesa, nasceu do temor de ser preso; e o ser achado entre a força que fugia, foi uma fatalidade, que não estava em suas forças evitá-la. O réu havia há muito recebido cartas do Rio de Janeiro, em que se dizia que ele havia de ser preso pelo seu periódico, e que vinham ordens tais para Pernambuco: estas notícias foram confirmadas por uns oficiais daquela corte; e quando V. Exa., Sr. Presidente, chegou a Maceió, V. Exa. trazia recomendações a seu respeito, porque logo pedira ao morgado do Cabo uma coleção do *Thyphes Pernambucano*. (A sua publicação terminou a 12 de agosto de 1824, imprimindo durante o período somente 29 números).

Frei Caneca volta a Recife, preso, no dia 17 de dezembro. A 10 de janeiro de 1825 ouve sua sentença de morte, votada por uma comissão militar. E aqui entra o folclore histórico que finalmente cita Frei Caneca como o vulto que nenhum car-



Condenação já estava premeditada

rasco ousou enforcar e que foi arca-buzado sem que um dos soldados do pelotão deixasse de morrer, certamente de ataque cardíaco, nos minutos da execução. . . Nos três últimos dias de vida Frei Caneca produziu um último poema, com a mesma marca patriótica que o levava a se insurgir contra todos os sintomas de tirania que sua época lhe apresentou:

Entre Marília e a pátria
coloquei meu coração
a pátria roubou-me todo
Marília que chore em vão

Quem passa a vida que eu passo
não deve a morte temer
com a morte não se assusta
quem está sempre a morrer

A medonha catadura
da morte feia e cruel
do rosto só muda a cor
da pátria ao filho infiel

Tem fim a vida daquele
que a pátria não soube amar
a vida do patriota
não pôde o tempo acabar

O servií acaba inglório
da existência a curta idade:
mas não morre o liberal
vive toda a eternidade



Um novo enfoque de Frei Caneca

Esta época tornou-se bastante favorável para novas investigações sobre as participações de Frei Caneca

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, eis um personagem a merecer, já, nova roupagem. Tudo quanto dele se escreve, quase sempre, cheira a falso.

FREI CANECA,
o subversivo
do Primeiro Império

nas fases consideradas de primeira importância na história brasileira. Em São Paulo é encenado **Cinco episódios da vida de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca** (Teatro São Pedro), do qual apenas a segunda cena do segundo ato é significativa, enquanto o resto perde-se em inúteis especulações estéticas. Evidentemente, a montagem e seleção de textos e fatos foram concebidas

em consideração aos **iniciados** na história do Brasil. A peça não poderia deixar de atrair escolares de segundo nível e estes, incontestáveis e legítimos filhos da TV, também não podem deixar de se divertir em momentos inoportunos e com os desníveis que uma desnecessária preocupação de estilo provoca confrontando alguns personagens com Frei Caneca menino e depois adul-

to. Acirraram-se **desespero de causa** e contradições quando foi-nos sugerido assistir ao **espetáculo** em fim-de-semana, quando o **público pagante seria outro** . . . Cada vez mais engraçado esse **mal do teatro profissional**, embora se confirme um novo e lamentável fenômeno elitista entre os nossos **fazedores de arte**.

DOCUMENTO

FREI CANECA

Remediando estas e as já existentes falhas com respeito a Frei Caneca, vai na íntegra o discurso do seu voto, na então Câmara de Recife, sobre a Constituição Imperial do Brasil:

Senhor presidente, tendo eu recebido a honra de ser convidado por V. Exc., para, como membro do corpo literário desta cidade, dar o meu voto sobre a matéria do decreto de S. M. I. e C. de 11 de Março deste presente ano, pelo qual o dito senhor manda jurar, como constituição do império do Brasil, o projeto feito pelo ministério e conselho do estado. Apareci neste lugar, não só para provar a V. Exc. quanto prezei o seu convite, mas também para fazer ver aos meus honrados compatriotas, que não me poupo à cooperar com eles para o bem e felicidade da pátria, quanto permitem minha franqueza e meu estado; e não para fazer parada de conhecimentos, que não tenho, nem passar por oráculo em uma assembléa que compreende tantas pessoas acima de mim em princípios luminosos e sentimentos liberais. Portanto, me abalanço a manifestar as minhas curtas e mesquinhas idéias na esperança de que dos sábios merecerei correção, e dos que não se acham nesta linha, desculpa e docilidade; digo pois, que não se deve adotar, nem jurar como constituição do império o projeto oferecido para este fim.

A certeza, em que estou, de falar entre cidadãos livres, patriotas e caros da verdade, é o sustentáculo da liberdade e franqueza, com que avanço esta proposição, que por mais escabrosa que pareça aos ânimos prejudicados, e idólatras fanáticos de antigos prejuízos, se fará aceitável, se me não enganar, pelas razões, que desenvolverei; e é a quanto aspiro.

Parecia-me, que seria útil, para melhor estabelecer o meu voto, fazer aqui uma ligeira exposição das vicissitudes e mudanças políticas, porque há passado a nossa pátria, o Brasil, desde que S. M. I. se dignou ficar conosco até agora; mas, respeitáveis senhores, lembrando-me que talvez a julgasseis supérflua, por estardes ao fato de tudo, a deixei de mão, e passo logo a tratar da matéria. Falarei primeiramente da qualidade do presente projeto, quanto posso alcançar, para depois examinar, se se deve ou não adotar.

Uma constituição não é outra coisa, que a ata do pacto social, que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade. Esta ata, portanto, deve conter a matéria, sobre que se pactuou, apresentando as relações, em que ficam os que governam, e os governados, pois que sem governo não pode existir sociedade. Estas relações, a que se dão os nomes de direitos e deveres, devem ser tais, que defendam e sustentem a vida dos cidadãos, a sua liberdade, a sua propriedade, e dirijam todos os negócios sociais à conservação, bem estar e vida cômoda dos cidadãos, segundo as circunstâncias de seu caráter, seus costumes, usos e qualidade do seu território, etc. Projeto de constituição é o rascunho desta ata, que ainda se há de tirar a limpo, ou apontamentos das matérias que hão de ser ventilados no pacto; ou, usando de uma metáfora, é o esboço da pintura, isto é, a primeira delineação, nem perfilada, nem acabada. Portanto, o projeto oferecido por S. M., nada mais é do que o apontamento das matérias, sobre que S. M. vai contratar conosco. Vejamos, portanto, se a matéria aí lembrada, suas divisões e as relações destas são compatíveis com as nos-

sas circunstâncias de independência, liberdade, integridade do nosso território, melhoramento moral e psíquico, e segura felicidade.

Sendo a nossa primeira e principal questão, em que temos empenhado nossos esforços, brio e honra, a **emancipação e independência** de Portugal, esta não se acha garantida no projeto com aquela determinação e dignidade necessária; porque primeiro no projeto não se determina positiva e exclusivamente o território do império, como é de razão, e o tem feito sabiamente as constituições mais bem formadas da Europa e América; e com isto se deixa uma físga, para se aspirar a união com Portugal; o que não só trabalham pelos déspotas da santa aliança e o rei de Portugal, como o manifestam os periódicos mais apreciáveis da mesma Europa e as negociações do ministério português com o do Rio de Janeiro e correspondência daquele rei com o nosso imperador, com o que S. M. tem dado fortes indícios de estar de acordo, não só pela dissolução arbitrária e despótica da soberana assembléa constituinte, e proibição da outra que nos havia prometido, mas também além de outras muitas coisas, porque se retirou da capital do império para não solenizar o dia 3 de maio, aniversário da instalação da assembléa, que por decreto era dia de grande gala; e no dia 13, dia dos anos do rei de Portugal, S. M. deu beija-mão no paço, e foi à Ilha das Enxadas, onde se achavam as tropas de Portugal, vindas de Montevidéu, estando arvorada com o maior escândalo a bandeira portuguesa; segundo porquanto ainda que no primeiro artigo se diga, que a nação brasileira não admite com outra qualquer laço de união ou federação, que se oponha a sua independência, contudo esta expressão é para iludir-nos; pois que o executivo, pela sua oitava atribuição (art. 102) pode ceder ou trocar o território do império ou de possessões, a que o império tenha direito, e isto independentemente da assembléa geral; terceiro porque jurando o imperador a integridade e indivisibilidade do império, não jura a sua independência.

Depois é este juramento contraditório com esta oitava atribuição; porque se S. M. jura a indivisibilidade do império, como pode ceder ou trocar o seu território? Só se isto se deve entender de ceder o território do império todo por inteiro e passar-nos então a todos, com suas famílias e haveres, ou para os desertos da Tartária, ou para os da África, ou afinal lá para os Botucudos, entregando as nossas cidades e vilas ao que com ele contratar.

O artigo 20. não pode ser mais prejudicial à liberdade política do Brasil; porque permitindo que as províncias atuais sofram novas subdivisões, as reduz a um império da China, como já se lembrou e conheceu igual maquiavelismo no projeto dos Andradas e deputado Barata; enfraquece as províncias, introduzindo rivalidades, aumentando os interesses dos ambiciosos para melhor poder subjugar-las umas às outras; e esta desunião tanto mais se manifesta pelo art. 83, em que se proíbe aos conselhos provinciais de poderem propor e deliberar sobre projetos de quaisquer ajustes de umas para outras províncias, o que nada menos é que estabelecer a desligação das províncias entre si, e fazê-las todas dependentes do governo executivo, e reduzir a mesma nação a diversas hordas

de povos desligados e indiferentes entre si, para melhor poder, em última análise, estabelecer-se o despotismo asiático.

O poder moderador de nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o imperador pode dissolver a câmara dos deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o senado, que é a representante dos apaniguados do imperador. Esta monstruosa desigualdade das duas câmaras, além de se opor de frente ao sistema constitucional, que se deve chegar o mais possível a igualdade civil, dá ao imperador, que já tem sua parte o senado, o poder de mudar a seu bel prazer os deputados, que ele entender, que se opõem aos seus interesses pessoais, e fazer escolher outros de sua facção, ficando o povo indefeso nos atentados do imperador contra seus direitos, e realmente escravos, debaixo porém das formas da lei, que é o cúmulo da desgraça, como tudo agora está sucedendo na França, cujo rei em dezembro passado dissolveu a Câmara dos Deputados, e mandando-se eleger outros, foram ordens do Ministério para os departamentos a fim de que os prefeitos fizessem eleger tais e tais pessoas para deputados, declarando-se-lhes logo, que quando o governo empregava a qualquer, era na esperança de que este marchasse por onde lhe mostrassem a estrada. Demais, eu não posso conceber como é possível, que a Câmara dos Deputados possa dar motivos para ser dissolvida, sem jamais poder dá-los a dos senadores. A qualidade é ser a dos deputados temporária, e vitalícia a dos senadores, não só é uma desigualdade que se refunde toda em aumentar os interesses do imperador, como é o meio de criar no Brasil, que felizmente não a tem, a classe da nobreza opressora dos povos; a qual só se tem atendido naqueles povos, que foram constituídos depois de já terem entre si seus duques, seus condes, seus marqueses etc. E este é o mesmo fim da atribuição undécima do poder executivo, que na minha opinião é o braço esquerdo do despotismo, sendo o direito o ministério organizado na maneira que se vê no projeto.

Podem os ministros de Estado propor leis (art. 53) assistir a sua discussão, votar sendo senadores e deputados (art. 54). Qual será a coisa, portanto, que deixarão eles de conseguir na assembléa geral? Podem ser senadores e deputados (art. 30), exercitando ambos os empregos de senadores e ministros; e o mesmo se diz dos conselheiros (art. 32) ao mesmo tempo que o deputado, sendo escolhido para ministro, não pode conservar um e outro emprego; isto além de ser um estatuto sem o equilíbrio, que deve se haver entre os mandados e o mandante, é um absurdo em política, que aqueles que fazem ou influem na factura das leis sejam os mesmos que as executem; e não se pode apresentar uma prova mais autêntica da falta de liberdade do projeto, do que esta. É por este motivo, que diz o sábio cardeal Maury, que: "Todo o cidadão que sabe calcular as conseqüências dos princípios políticos, deve abjurar uma pátria em que aqueles que fazem as leis, são magistrados, e onde os representantes do povo que tem fixado a legislação, pretendem influir na administração da justiça."



FREI CANECA, o subversivo do Primeiro Império

Um fato estranho e que choca a maioria dos estudiosos das coisas brasileiras é a falta de critério na elaboração de estudos sobre nossa história.

DOCUMENTO

FREI
CANECA

A suspensão da sanção imperial à qualquer lei formada pela assembléia geral por duas legislaturas (art. 65) é inteiramente ruínoza à felicidade da nação, que pode muito bem depender de uma lei, que não deva admitir uma dilação pelo menos de oito anos, muito principalmente quando vemos, que para passar a lei como sancionada, pela dilação do tempo, é indispensavelmente necessário que as duas legislaturas seguintes insistam a isto sobre a mesma lei (art. 65).

A oitava atribuição do poder executivo, que é de fazer tratados de aliança defensiva e ofensiva, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da assembléia geral, é de muito perigoso para a nação, pois que ela não interfere com o seu conhecimento e consentimento em negócio de tanta importância, muito principalmente quando se vê, que o mesmo executivo julga necessária a aprovação prévia da assembléia geral para execução dos breves, letras pontificiais, decretos de concílios, quando envolverem disposição geral (art. 14).

A atribuição privativa do executivo de empregar, como bem lhe parecer conveniente à segurança e defesa do império, a força armada de mar e terra (art. 14B), é a coroa do despotismo e a fonte caudal da opressão da nação, e o meio de que se valeram todos os déspotas para escravizar a Ásia e Europa, como nos conta a história antiga e moderna.

Pelos arts. 55, 56, 57, 58 e 59, a câmara dos deputados está quase escrava da dos senadores, e o remédio que se aplica, no caso da discórdia, me parece paliativo, obscuro e impraticável.

Os conselhos das províncias são uns meros fantasmas para iludir os povos; porque devendo levar suas decisões à assembléia geral e ao executivo conjuntamente, isto bem nenhum pode produzir as províncias; pois que o arranjo, atribuições e manejo da assembléia geral faz tudo em último resultado depender da vontade e arbitrio do imperador, que ardeiramente evoca tudo a si, e de tudo dispõe a seu contento, e pode oprimir a nação do modo mais prejudicial, debaixo das formas da lei. Depois, tira-se aos conselhos o poder de projetar sobre a execução das leis, atribuições esta, que parece de suma necessidade ao conselho; pois que este mais nenhum outro, deve estar ao fato das circunstâncias do tempo, lugar, etc., da sua província, conhecimentos indispensáveis para a cômoda e furtiva aplicação de leis.

Estas são as coisas maiores, que minha fraqueza pode descobrir no projeto em questão, e que eu julgo de sumo perigo para a independência do império, sua integridade, sustentação da liberdade dos povos e conservação sagrada da sua propriedade; e estas mesmas coisas as expus sumariamente, ou levemente tocadas, por não admitir a presente conferência discursos extensos. Talvez eu nestas mesmas me engane, e não tenha idéias exatas, nem saiba combiná-las e conhecer-lhes a necessária relação, que há entre si, por cujo motivo me pareça mau, opressor e contraditório o projeto; no entanto é o que por ora entendo, e sendo chamado para dar o meu voto, hei de votar não pelas idéias que os outros têm, sim pelas minhas; portanto digo, que pelo que é em si esta peça de política, estes rascunhos de constituição não se deve admitir.

Agora direi o mesmo por outro princípio, a saber, pela fonte de que emanou. É princípio conhecido pelas luzes do presente século, e até confessado por S.M. que a soberania, isto é, aquele poder, sobre o qual não há outro, reside na nação essencialmente; e deste princípio nasce como primária consequência, que a mesma nação é quem se constitui, isto é, quem escolhe a forma do governo, quem distribui esta suma

autoridade nas partes, que bem lhe parece, e com as relações que julga mais adequadas ao seu aumento, segurança da sua liberdade política e sua felicidade; logo é sem questão, que a mesma nação, ou pessoa de sua comissão, é quem deve esboçar a sua constituição, purificá-la das imperfeições e afinal estatui-la; portanto, como S.M.I. não é nação, não tem soberania, nem comissão da nação brasileira para arranjar esboços de constituição e apresentá-los, não vem este projeto de fonte legítima, e por isso se deve rejeitar por exceção de incompetência. Muito principalmente quando vemos, que estava a representação nacional usando da sua soberania em constituir a nação, e S.M. pelo mais extraordinário despotismo e de uma maneira a mais hostil dissolveu a soberana assembléia e se arroçou o direito de projetar constituições.

Reflieto, que só a ação de escolher por si a matéria do pacto social, e dá-lo, como faz S.M., é um ato de soberania, que ele não tem. Isto é uma consequência imediata da soberania da nação como pode ocorrer a qualquer que pensar por alguns minutos neste negócio; mas se fossem precisos argumentos externos, além de outros muitos, que por abreviar eu calo, basta lembrar o autor das reflexões contra os redatores do *Investigador Português* da Inglaterra, o qual prova forte e justamente, que as cortes de Lamego, e outras de Portugal nunca tiveram o poder legislativo, como as câmaras dos pares e comuns da Inglaterra, porque os reis de Portugal foram os que nas cortes propuzeram a matéria das ordenações e das leis. Em segundo lugar, que em S.M. não há atribuição alguma, donde se possa deduzir o poder de nos dar constituição e mandá-la jurar, porquanto o título de imperador, com que o Brasil extemporaneamente o condecorou, não foi mais que uma declaração antecipada de que ele seria o chefe do poder executivo no sistema constitucional, que proclamamos com um certo poder provisório, que se fazia indispensável para preparar a nação para o efeito de se constituir, como mesmo S.M. confessou no dia 3 de maio da abertura da assembléia soberana. O poder provisório cessou com a abertura da assembléia, e as atribuições que ele teria, ainda haviam de ser declaradas pela mesma assembléia, é por isso que S.M. a dissolveu: as suas atribuições são tudo aquilo, que lhe adquirem as suas armas, e lhe cederam a fraqueza e medo dos povos.

S.M. está tão persuadida, que a única atribuição, que tem sobre os povos, é esta do poder da força a que chamam outros a última razão dos estados, que nos manda jurar o projeto com um bloqueio à vista, fazendo-nos todas as hostilidades; por cujo motivo não se deve adotar nem jurar semelhante esboço de constituição, pois o juramento para ligar em consciência, e produzir seu efeito, é indispensavelmente necessário ser dado em plena liberdade, e sem a menor coação; e ninguém jamais obrou livremente obrigado da fome, e com bocas de fogos aos peitos.

Ainda que, ilustres senhores, para se estabelecer uma verdade, não se faça mister multidão de provas, com tudo há ocasiões, em que ela deve ser encarada por todos os lados, muito principalmente quando é de tanta monta como esta, e pode produzir consequências funestíssimas; e além disto, correm impressões sedutoras, que se esforçam em sustentar o erro, adornando-o com as gaíás emprestadas da verdade e da justiça. Portanto, ainda vos lembro, que este juramento vos conduziria a um horroroso perjúrio, que vos tornará detestáveis à face dos homens.

Vós, senhores, no dia 17 de outubro de 1822, na igreja matriz do Sacramento, dissestes — "nós juramos perante Deus, seus sacerdotes e altares, adesão à causa geral do Brasil, e seu sistema atual, debaixo dos auspícios do Sr. D. Pedro, príncipe regente constitucional, e defensor perpétuo do

Brasil, a quem obedecemos; e assim juramos reconhecer e obedecer as cortes brasileiras constituintes e legislativas, e defender a nossa pátria, liberdade e direitos até vencer ou morrer."

Como agora podereis jurar uma carta constitucional, que não foi dada pela soberania da nação, que vos degrada da sociedade de um povo livre e brioso, para um valongo de escravos e curral de bestas de carga? Um projeto, que destrói a vossa categoria no meio das nações livre do orbe? Seria injusta a matéria do primeiro juramento para não vos ligar? Ou estareis agora loucos rematados? Ou haverá poder, que dispensando-vos do primeiro juramento, possa de vós exigir o segundo? Onde está vossa moral, vossos costumes, vossa religião? Se tal desgraça sucedesse como olhariam para nós os outros povos nossos conterrâneos e externos? Quem quererá contratar com um povo tão imoral e tão sem respeito aos laços mais sagrados da sociedade, e tão sem acatamento para a religião de que faz glória?

Tenho ouvido a algumas pessoas, que se pode jurar o projeto, a exceção daqueles artigos, que ofendem os nossos interesses. Isto ou é uma velhacaria, para por este jeito manhoso nos lançarem os ferros do cativo; ou uma ingorância pueril, que merece compaixão. Porque havendo-se demonstrado, que este artefato político é um sistema de opressão; que os principais anéis desta cadeia, são inteiramente destruidores da nossa independência, da integridade do Brasil, liberdade política e civil, tem se feito ver que o sistema é mau, opressor e ruinoso, e portanto inadmissível, bem que hajam alguns elos intermediários, que sejam bons, como se vêm alguns nas disposições gerais. Depois disto, espera-se que o imperador, que teve a valentia de dissolver a assembléia constituinte com o maior escândalo da razão, da justiça e da constitucionalidade jurada; que se arrogou a monstruosa atribuição de dar constituição a quem a não devia dar, se abaxe a reformar o seu projeto por representação daqueles, que ele julga com o dever de lhe obedecer cegamente.

Se esta reflexão não vos convence de que o oferecimento do projeto às câmaras para ser discutido era ilusório e sem o sincero desejo de o reformar conforme as anotações dos povos, eu me lembro, senhores, que a capital da Bahia depois de tantos sacrifícios de sua honra e dignidade, depois de tanto servilismo, não mereceu a reforma de dois únicos artigos, que requereram, e tiveram do ministro do império a seguinte resposta: "E com quanto desejasse S.M.I. poder responder já a esta representação, manda pela secretaria de estado dos negócios do império participar a sobredita câmara, que requerendo dotas as outras, se jure o projeto sem restrição, não é possível por ora fazer nele mudança alguma, não havendo inconveniente em que se remetam essas observações, para quando se fizer a revisão marcada no mesmo projeto" (carta de 11 de março de 1822).

E por todas estas razões, que eu sou de voto, que se não adote e muito menos jure o projeto de que se trata, por ser inteiramente mau, pois não garante a independência do Brasil, ameaça a sua integridade, oprime a liberdade dos povos, ataca a soberania da nação, e nos arrasta ao maior dos crimes contra a divindade, qual o perjúrio, e nos é apresentado da maneira mais coativa e tirânica."

Senado da Câmara de Recife em 6 de junho de 1824 —
Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.



Plínio Salgado



Aliomar Baleeiro

Editorial I

"A reforma educacional em implantação criou, no lugar da escola primária de quatro anos, o ensino de primeiro grau, que demanda oito anos de estudos seguidos, integrando dois níveis que antes eram separados e autônomos. Os recursos destinados pelo Governo para esse ciclo sofreram o decréscimo de 1,62% do Orçamento do Ministério da Educação, para 1973.

A análise crítica do Anexo do Ministério da Educação na Comissão Mista do Orçamento foi feita pelo relator, Deputado Flexa Ribeiro, que ressalta o aumento do percentual reservado ao ensino superior. Mostrou o trabalho do Sr. Flexa Ribeiro que as verbas destinadas ao ensino primário, que este ano representavam 16,81% do Orçamento do Ministério da Educação, no ano que vem serão 14,39%, apesar do maior peso atribuído ao ensino do primeiro grau, agora em ciclo de oito anos. O ensino superior, que no ano passado representava 54,72% do Orçamento do Ministério da Educação, subiu este ano para 55,66% e no próximo irá para 57,82%.

A tendência de investir mais no ensino superior conflita com a constatação que se acentua no mercado de trabalho, onde o número crescente de diplomados encontra cada vez maiores dificuldades de emprego. O relator faz uma advertência para o risco em que já entramos, de formar doutores subempregados ou sem emprego, enquanto o analfabetismo resiste a todos os esforços para eliminá-lo. O avanço tem sido, segundo o Deputado Flexa Ribeiro, lento e penoso em matéria de alfabetização. Os índices de evasão escolar apresentados pelo relator

situam a deserção, em alguns Estados, em torno de 90%. Isto quer dizer que há regiões do país em que, dentre 100 alunos que se matriculam no primeiro ano primário, apenas 10 conseguem completar os quatro anos.

A propósito, lembra que, sendo o único ensino obrigatório por lei, o curso primário repousa diretamente sobre o Estado e os Municípios, porque o Governo federal aplica o maior peso de sua ajuda ao plano universitário. No entanto, os Estados e Municípios não conseguem atender às necessidades e precisam de maior colaboração da União, a fim de que se elimine o analfabetismo na população infantil. De outra forma, teremos de continuar com o Mobral, alfabetizando tardiamente, até o final do século, quando as necessidades do desenvolvimento econômico exigirão nível médio de capacitação humana muito superior ao registrado hoje.

O Programa da Educação foi analisado segundo a distribuição de recursos pelos três graus de ensino. O relator considera grave o aumento de gastos com o ensino superior e a diminuição das verbas para o ensino fundamental. Enquanto o Orçamento federal para 73 registra um aumento global de 32,22% de recursos, o aumento de recursos do MEC foi apenas de 26,07%. A diferença percentual desfavorável ao Ministério da Educação foi de 10,15%." — (JORNAL DO BRASIL)

Editorial 2

"Até certo ponto eu perdoo toda espécie de derrubadores de regimes. Mas o que não acho razoável é que eles queiram modelar todas as almas na forma de suas próprias" (Lima Barreto em "Marginália")

O detetive ludibriado

A revelação veio de Fortaleza, Ceará: a Polícia local prendeu Antônio Spinola de Melo, conhecido trambiqueiro, pedido pelas polícias de vários estados. Até aí a notícia não tem nada demais. De trambiqueiros o mundo está cheio. O espanto está na complementação da notícia. O homem conseguiu vender uma comenda para Nelson Duarte, conhecido sherlock carioca, apresentado na TV por "seo" Frávio dando conselhos a donas-de-casa para se livrarem dos vigaristas. Nelson Duarte, in causa própria, não foi capaz de se livrar dos espertos. Comprou uma comenda fajuta, pagando 500 cruzeiros mensais por ela, e recebendo-a diante das câmaras de televisão, no programa de "seo" Frávio.

Editorial 3

"Solene, o deputado federal instalou-se no Hotel Itatiaia e, durante quatro dias, dedicou-se ao seu projeto de criação da Cruzada de Renovação Nacional, "que será uma sociedade de fins culturais e cívicos, cujos membros são homens que procuram preservar e fortalecer a família".

Fortalecido, depois de longos entendimentos, concedeu-se um momento de indiscrições orgulhosas. Informou que sua Cruzada tem cerca de 400 000 membros. Além dessa multidão, disse dispor de cem deputados e oito senadores, e mencionou dois ministros — Alfredo Buzaid, da Justiça, e João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, como antigos correligionários.

Na quinta-feira, com o paletó sujo de cinzas de cigarro, Plínio Salgado, o

chefe do integralismo brasileiro, partiu. Deixou atrás de si alguns seguidores, que cantavam o hino "Avante", e continuou sua Cruzada em busca de todos, atividade que vem ocupando seu tempo há quarenta anos.

★ VEJA não se responsabiliza pela megalomania nominativa e numérica do deputado Salgado. Em 1970, em entrevista a esta revista, ele declarou que o governador Raimundo Padilha, do Estado do Rio, era integralista. Foi-lhe solicitado que assinasse suas declarações. Assinou-a, três dias depois, desmentiu-as. (De VEJA expert em Plínio Salgado).

Editorial 4

"A palavra aborrece os governos arbitrários, porque a palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade. Deixai-a livre, onde quer que seja, e o despotismo está morto." (Rui Barbosa, cidadão brasileiro com todos os direitos políticos).

Editorial 5

"O que perpetua, ao cabo de sete anos de regime de exceção, a distância entre o governo e o povo, é o medo da liberdade". (Tristão de Atahyde).

Editorial 6

"Os povos definham à mingua de justiça e de verdade. Só podem ser facilmente duráveis os governos de largas vistas, capazes de contentar com aquele alimento a alma das Nações. O mais é pintar n'água." (Sílvia Romero — Obras Filosóficas, página 282).

Editorial 7

Nada existe de mais femininamente volúvel do que o fenômeno social do

poder, nas competições e intrigas que envolvem sua aquisição e perda. A história revela que a força material tomba das mãos de seus titulares por essa coisa irreprimível: a força das idéias que, mais cedo ou mais tarde, mina os elementos da força física" (Aliomar Baleeiro, presidente do Supremo Tribunal Federal).

Todos os caminhos vão ao poder



Com o título Maringá e seus inferninhos, o Novo Jornal, de Londrina, afirma que os ambientes familiares, na importante cidade paranaense crescem tão rapidamente como a Radiopatrulha, a melhor do interior do Estado, com 14 viaturas. E lá pelo meio da matéria, o Novo Jornal dá alguns nomes dos fundadores de um dos inferninhos Maringenses, disfarçado em Sociedade Recreativa 1o. de Maio: vereador Antenor Sanches, deputado federal Túlio Vargas, vereador Paulo Vieira de Camargo e ex-prefeito Luís Moreira de Carvalho.

Terreiro de macumba aqui, inferninho lá.





Alcides Carneiro



Baby Pignatari

Editorial 8

“Como as estatísticas de São Paulo são mais abundantes e praticamente mais fidedignas que as de qualquer outro Estado, pessoas menos avisadas podem imaginar, diante dos levantamentos paulistas com resultados negativos, que a situação, lá, é ruim. A triste verdade, porém, é que quando a situação em São Paulo é ruim, no resto do Brasil então deve ser péssima. Assim é que as condições sanitárias do Brasil mostram-se alarmantes, diante do fato estatístico de que são inquietantes em São Paulo. Em 1972, na Paulicéia, o índice da mortalidade infantil no município de São Paulo deverá ser mais elevado que o índice de 20 anos atrás.

Em 52, morriam 71 crianças em cada grupo de mil nascidas vivas. No ano corrente, deverá ser de mais de 80 crianças mortas em cada mil. Os dados foram tornados públicos pelo professor Rui Laurenti, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Ainda em São Paulo, o médico Silvío Toledo, diretor do Serviço de Saúde Escolar, acaba de declarar que, entre 100 alunos da capital do Estado que abandona o curso, faltam às aulas ou repetem o ano, 70 o fazem exclusivamente por motivos de saúde. E só os repetentes custam ao Governo estadual mais de Cr\$ 20 milhões por ano. O mesmo informante, citando trabalho baseado numa amostra representativa de toda a população das escolas primárias do Estado, deu, em resumo, os seguintes resultados: 89% dos colegiais tinham parasitas intestinais 26% apresentavam hipertrofia de amígdalas e adenóides; quase 12% eram anêmicos; 2% sofriam de disenteria e mais de 1% de nefrites. Isto sem falar na terrível incidência

de doenças oftalmológicas e na subnutrição direta, que faz com que nada menos que 83% das crianças das regiões pobres do Estado tenham, aos quatro anos, um desenvolvimento que se situa entre dois e três anos. No caso dos colegiais, 70% vivem em casas que não possuem nem água encanada e nem esgotos.

Utilizando dados obtidos graças à pesquisa interamericana patrocinada pela Organização Mundial da Saúde em 13 áreas da América Latina, o professor Rui Laurenti disse que na capital “a mortalidade infantil aumentou progressivamente a partir dos últimos anos da década de 1940, caiu a partir de 1953, para atingir o mais baixo valor observado entre nós em 1961 — cerca de 602 por mil nascidos vivos. A partir desse ano, voltou a subir novamente”.

Segundo o professor, em São Paulo o índice de mortalidade infantil é até mesmo maior do que em outras áreas menos desenvolvidas. Das 13 áreas estudadas. Quito tem mortalidade menor que São Paulo, Cáli, Cartagena, Kingston, Medellín, Monterrey, Ribeirão Preto, San Juan e Santiago. E em apenas quatro, o índice é maior: Recife, Salvador, Resistência e La Paz.

— Quanto à mortalidade de crianças de um a cinco anos — acrescentou — a situação da capital é um pouco melhor, pois apenas quatro áreas têm mortalidade menor entre as crianças dessa faixa de idade e oito áreas apresentam índice maior. De qualquer forma, o nosso índice é cinco vezes maior do que o observado nos países europeus e em todos os Estados Unidos.” (JORNAL DO BRASIL).

O preço do milagre

No mês passado, o *Informe JB* publicou:

— “Encontra-se no Rio, acompanhado de fotógrafo, o repórter Lewis Bemam, que está fazendo entrevistas e um completo levantamento para a reportagem de 10 páginas que a revista norte-americana *Fortune* publicará em novembro sobre o Brasil. A matéria fixará detalhes do espetacular crescimento da economia brasileira.”

Esta semana, o “*Correio da Manhã*” publicou na primeira página, letras enormes: “*Fortune* elogia Delfim”. E contou que “a revista norte-americana fez grandes elogios ao milagre brasileiro.”

Se São Francisco de Assis tivesse imaginado que o preço do milagre ia subir tanto, não teria fundado uma ordem de missionários mas de banqueiros. O mais grave é que os jornais sabem que as 10 páginas de elogios da *Fortune* são matéria-paga, publicidade paga pelo Brasil a peso de dólar. E ficam despidamente enganando a opinião pública, tentando fazer crer que se trata de elogio espontâneo do exterior.

Depois não gostam quando as tiragens dos jornais vão caindo, caindo, até minguarem de vez, como está acontecendo com o *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, e outros suplementos diários do “*Diário Oficial*”.

Olho-duro

O senador Filinto Müller, presidente da Arena, informou que incumbiu o senador Gustavo Capanema de, na Europa, visitar Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e França, “para ver como funciona o sistema de representatividade popular nos países do mundo de maior cultura democrática”.

Era bom saber quem foi que o senador Müller man-

dou visitar Portugal, Espanha, Grécia, Haiti, Bolívia, Paraguai. Certamente o Nina Ribeiro. E é o relatório dele que vai valer. O de Capanema é só para despistar e enganar os tolos.

O barriguinha

O secretário de Administração da Guanabara, Antônio Chediack, almoça na rua São José todo dia e vai a pé para o prédio da secretaria, que fica na outra esquina, a cem metros. E ainda diz aos jornais que vai a pé porque “é ótimo para manter a forma física evitando regimes alimentares.”

O dr. Chediack precisa arranjar um *press-release* melhorzinho para se promover, porque esse é muito ridículo. Ele vai a pé porque não pode ir de carro, pois a rua São José é de pedestre. E se ele mantém a forma física e evita regimes alimentares, andando cem metros a pé, devia largar a secretaria, onde administra tão pouco, e montar um consultório de estética, onde ia fazer sucesso.

Providência improvidente

Por que é que a Feira da Providência não toma uma providência para que a Divina Providência providencie que não chova todo ano na Feira da Providência?

Editorial 9

“Eu fui caravaneiro da Revolução de 30. Se meus discursos daquela época fossem submetidos hoje a julgamento, eu seria condenado a mil anos”. (Alcides Carneiro, ministro do Superior Tribunal Militar).

Editorial 10

“É crime de lesa-pátria permitir que uma empresa nacional caia em mãos de grupos estrangeiros”. (Baby Pignatari).

Editorial 11

“A diferença entre democracia e ditadura é que, na democracia, tudo que não é proibido é permitido. E, na ditadura, tudo que não é permitido é proibido.” (Domingos, filósofo de Jaguara).

Editorial 12

“Semilogicamente, não havia univocidade no conclave. Utilizando embora um veículo eletrônico de mediata comunicação com uma estrutura heteropluralística no contexto sócio-cultural, eram emissoras nefelibatas. Hieráticos, não. Hierárquicos talvez, mas apenas na acepção demótica do termo. Reunidos diante de câmaras, dirigindo-se hipoteticamente a uma audiência receptora esotérica, os professores de comunicação, de informática, de literatura e de ensafística interpretativa diferiram semanticamente. Nobre, sua linguagem ecoava a Hélade antiga com designações noéticas como grafema, metátese, univocidade semiológica et coetera. Um anemos clássico varria aquele ágape socrático, mas de maiêutica mais dinâmica e mais dialética.

Alguns participantes bárbaros (no sentido ático do termo) tentaram inutilmente convencer os adelphi da necessidade normativa de insuflar uma mensagem democrática à emissão. Debalde.

Esgrimindo conceitos culturais como metalinguagem, pugnavam os comúncio-informáticos pela validade ética da computação binária de perifrases e silepses estilísticas levadas ao “Infeed” de um computador. A ala bárbara tentava baixar o nível do monólogo grego hermético para iniciáticos adotando o latim bárbaro que as legiões romanas legaram à Lusitânia. Vana vanitas, vana verba!

Com incongruências orgânicas, conceitos popularescos maculavam o friso frígio — referências efêmeras a Chico Buarque de Hollanda, a filmes e a um samba de Gilberto Gil mandando abraços a protagonistas de coturnos domingueiro-dionisíacos inspirados em Ubu-Roi perpassaram assepsiados pelo éter. Até que Crónos com sua clepsidra inexorável fez um breve aceno e Atropos, célebre, cortou o fio. O logos prosseguiu noite adentro como os debates feudais sobre a sapiência angélica em cimós ou orifícios de agulhas de mantos teologicamente incónsuteis.

Nota da Redação: Para quem não entendeu, dirigir-se ao programa “Posições” da TV Cultura, Canal 2 de São Paulo (às sextas-feiras, às 20 horas), que debateu com cinco intelectuais o tema febril “Língua e Linguística” com os resultados acima placarizados”. (Transcrito de VEJA).


**Edmar
Morel**

O AMOR GERADO DO ODIO

REPORTAGEM
PROIBIDA

Aguardava a hora para ser recebido pelo presidente Juan Perón, na Casa Rosada, para uma entrevista obtida pelo Caio Júlio Cezar Vieira, meu companheiro dos Diários Associados e uma espécie de observador pessoal de Getúlio Vargas na Argentina, quando senti um estranho calafrio. Pensei que fosse reflexo de uma possível emoção por falar com El Supremo Presidente de los Descamizados! Veio outro calafrio, seguido de violento ataque de febre. Fiquei tonto, perdi as forças e caí. Passado o mal-estar, não tive outra alternativa, senão pedir para cancelar a entrevista. Voltei ao hotel, o modesto Richmond, na Calle Florida e telefonei para o médico exilado Eliezer Magalhães, uma figura de excepcional grandeza humana. Veio como uma bala. Com seu olho clínico, constatou que o mal era impudismo. Ma-

lária em Buenos Aires? Isto era o cúmulo do esnobismo. Brasileiro ter maleita na capital portenha.

Acontece que a doença foi contraída em Blumenau, no outrora civilizado e germânico Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Porém, só apareceu em terra crioula. As lâminas foram levadas pelo próprio Eliezer à Clínica de Mayo. Resultado: malária terciária, isto é, sezão das brabas.

À noite recebi a visita do capitão Dinarte, do Terceiro Regimento de Infantaria, outro exilado que levou vida dura em Buenos Aires. Disse da dedicação do Eliezer e conheci, então, uma página de profunda solidariedade humana.

Com o fracasso do movimento de 27 de novembro de 1935 e com a vitória do golpe fascista do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, vários brasileiros procuravam o

caminho do exílio. Entre eles o Dr. Eliezer Magalhães, médico da Prefeitura do Distrito Federal e amigo pessoal de Pedro Ernesto.

Em Buenos Aires existiam dois grupos de exilados. Um, vivendo como príncipe, com aposentos no City Hotel. Entre eles, Armando Sales de Oliveira, Piza Sobrinho, Paulo Nogueira Filho. O outro, comendo o pão que o diabo amassou. Como o Dinarte, o Alceu e o inconfundível Eliezer Magalhães, sempre acompanhado de sua esposa, D. Neném. O casal morava numa casinha de vila, na Calle Esmeralda, levando vida mais do que difícil. Eliezer Magalhães, pelas leis locais, não podia clinicar. Entretanto, por seu caráter e simpatia, cedo conquistou a estima dos seus colegas argentinos. Vida apertada e notícias tristes do Brasil não quebravam o ânimo do lu-

tador infatigável. Um dia, o embaixador do Brasil mandou procurá-lo. O ditador Vargas precisava de um pulmão de aço para salvar o filho, Getulinho. Na América do Sul só havia um e estava em poder de um amigo de Eliezer.

O exilado esqueceu que o pai do doente era o seu maior perseguidor e partiu para La Plata, em busca do aparelho que iria salvar o filho do ditador. Voltou a Buenos Aires com a peça, levando-a diretamente para o aeroporto de Moron, embarcando-a num avião especialmente fretado. Veio em vôo direto. Todavia Getulinho morreu antes da chegada do aparelho.

O gesto de Eliezer Magalhães, como era natural, comoveu Vargas, que mandou oferecer garantias para sua volta ao Brasil. Uma espécie de anistia pessoal. Mais uma vez se agigantou o fabuloso desterrado.

— Muito obrigado! Anistia só geral e ampla!

Curtiu mais alguns anos de triste exílio e jamais deixou de combater a ditadura Vargas, no Café Brasil, na Calle Florida, ponto de reunião dos desterrados.

De regresso ao Rio, ainda tonto com as doses cavalares de quinino que tomei para debater a malária, escrevi uma reportagem exaltando o sentimento humanitário do brasileiro, tentando traçar o perfil de Eliezer, tarefa difícil pelas dimensões do caráter e bondade do médico e político. A reportagem era para O Cruzeiro. Mas um revisor, alcagüete da Ordem Social, leu o original e telefonou para o DIP. A censura vetou e, anos depois, numa folga da rolha no gargalo da imprensa, refundi a matéria e a encaminhei à redação de A Cigarra, que a publicou.

O DIP, que parecia morto, não gostou. Fiquei, como castigo, seis meses sem poder assinar matéria, o que de resto não teve maior importância. O objetivo fora alcançado. Revelei a história para alguns milhares de leitores, já que a revista marcou época em tiragem.

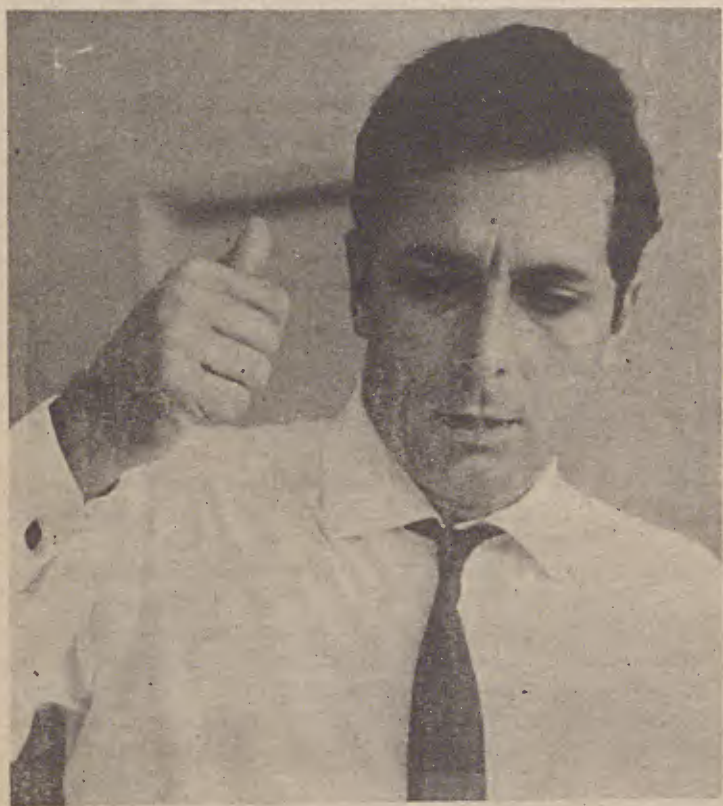
O tempo marchou, os aliados esmagaram Hitler, veio a anistia e os desterrados voltaram à Pátria. Eliezer retornou à medicina e, no convívio da classe, tornou-se amigo de Lutero Vargas, enquanto Getúlio estava confinado na Fazenda Santos Reis, em São Borja, na fronteira com a Argentina.

Sentimental e humano, estudioso dos problemas do negro na vida nacional, principalmente nas lutas populares, reuniu material e ensaiou publicar um livro. Li alguns capítulos incompletos. Seu mundo era a família, com vagas incursões na política.

Sua esposa morreu e o bom Eliezer, não resistindo ao golpe, faleceu um mês depois. Isto faz um ano.

UMA REALIDADE EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Artur Lima Cavalcanti



Artur Lima Cavalcanti

Esta é a íntegra do memorial entregue ao ministro Delfim Neto por representantes do empresariado pernambucano, mais exatamente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas. É um documento de mais alta importância sugerindo uma série de metas que visam à integração do Nordeste no contexto global da economia brasileira. O documento foi preparado pelo ex-Prefeito do Recife e ex-deputado federal Artur Lima Cavalcanti, hoje integrado na vida empresarial de Pernambuco, como Superintendente da Cosinor e dirigente de uma ampla holding de empresas naquele Estado.

O Recife metropolitano é, sem dúvida, o mais importante centro universitário e industrial do Nordeste. Como tal, apresenta condições excepcionais para desenvolver, como comprova o esforço já despendido nesse sentido, um parque mecânico-metalúrgico capaz de atender à demanda de peças e componentes industriais. Demanda esta atualmente intensificada, inclusive pela implantação de novas indústrias em toda a Região, tornada possível através dos incentivos da Sudene. Esta vocação já se fazia presente há mais de 30 anos quando aqui operavam algumas fundições e oficinas de pequeno e médio portes, a maioria das quais orientada quase que exclusivamente em função do parque açucareiro regional.

Hoje, no Grande Recife e municípios circunvizinhos estão localizadas grandes indústrias, como as que foram mencionadas anteriormente e muitas outras que integram um florescente complexo de empresas siderúrgicas, mecânicas, metalúrgicas e de material elétrico.

A existência dessa ponderável concentração industrial representa pré-condição indispensável à criação e fortalecimento de um pólo de indústrias mecânico-metalúrgicas, nesta área. Através deste, congregando-se e integrando-se as empresas existentes e outras que venham a se instalar, inclusive na região Norte do país, será possível dinamizar este setor germinativo, reconhecidamente imprescindível para o desenvolvimento regional. Em verdade, a sugerida criação do

pólo mecânico apenas complementaria a natural fixação do Recife, como pólo de desenvolvimento e de integração atuante no processo global do desenvolvimento. A formação desse pólo em bases sólidas, entretanto, dependerá de que se criem as condições necessárias para que tais indústrias possam operar numa escala adequada de produção. O que não tem ocorrido, como seria desejável, pela falta de uma ação coordenadora nesse sentido, ação esta que certamente não tardará a ser exercitada.

Acreditamos não ser aconselhável a dispersão regional de projetos que se integram e complementam, especialmente num complexo mecânico metalúrgico. Razões várias como: infra-estrutura, facilidade de comunicações e transporte, mão-de-obra especializada e centralização tecnológica aconselham a política de concentração. Oportuno lembrar que o fortalecimento desse pólo não interessa apenas ao Nordeste. Poderá ter uma influência decisiva no desenvolvimento agrícola e industrial da Região amazônica, cujo processo de integração já foi promissivelmente iniciado. Já se pode constatar essa necessidade, inclusive através da recente abertura, pelo Inara, de concorrência para implantação de uma usina de açúcar e destilaria em Altamira, no Pará. Providência esta que é marco inicial do processo de industrialização daquela área, cujo futuro irá depender, em boa medida, de uma adequada oferta de peças e componentes fabricados no Nordeste.



Produção, a palavra mágica do empresário nordestino

O principal problema com que se deparam as indústrias mecânicas e metalúrgicas desta região se refere à escala econômica de produção. Esta deverá ser equacionada em termos amplos e através de medidas de grande alcance, pelo governo. Uma delas seria, por exemplo, a fabricação no Nordeste, de veículos utilitários, tipo **Jeep** e **Rural** e de máquinas agrícolas escavadeiras e tratores, para atendimento do mercado nacional e de exportação não afastado o fornecimento de alguns componentes pela indústria instalada no Centro-Sul. Outrossim, a ampliação da fronteira agrícola nacional, principalmente integração do Nordeste meridional e da Amazônia, causará um aumento substancial na demanda de veículos e máquinas agrícolas. Por isso, o aparelhamento de uma ou mais indústrias regionais, voltadas para aquele mercado poderá significar o fortalecimento em termos definitivos do parque mecânico metalúrgico instalado nesta Região.

Poder-se-à mesmo afirmar que, já agora, a capacidade das indústrias existentes em Pernambuco permitiria o fornecimento de grande parte das peças e componentes necessários à indústria automotiva (fundidos de ferro, aço, não ferroso, artefatos, barras mecânicas, arames, fio máquina, perfilados, trefilados, engrenagens etc.), estando dependente tão-somente no que se refere a chapas e alguns acessórios menores, apenas produzidos no Centro-Sul. Outro aspecto a ser assinalado seria a integração entre empresas do Sul e do Nordeste para estabelecimento de programas complementares de produção ou fixação de linhas de especialização entre as mesmas.

Finalmente, pela importância de que se reveste a providência para as empresas pertencentes ao setor e para a própria economia da região do País, este sindicato toma a liberdade de sugerir a formação de um grupo de trabalho interministerial para analisar em profundidade as questões ora levantadas. A exemplo dos estudos e medidas que foram executadas em relação ao pólo petroquímico da Bahia, advoga-se a urgente necessidade de um estudo global do problema da indústria mecânica e metalúrgica do Nordeste, a fim de que medidas de envergadura possam ser equacionadas e tomadas no interesse da Região. Tudo, em ação conjunta dos interessados, devida e definitivamente orientados para a decisão do Governo, favorável a criação do pólo mecânico.

POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO

Levando-se em conta o número já bastante considerável de empresas que, atuando nos setores de caldeiraria, artefatos, peças e componentes, utilizam como matéria-prima produtos planos de aço, julga-se vital para o desenvolvimento em escala econômica dessas empresas a fixação de uma política igualitária de preços, em termos nacionais, para tais



produtos. Não se advoga subsídios para implantação dessa política. Pede-se, sim, uma homogeneização dos componentes produtos mais fretes. Evitadas assim, em termos nacionais, distorções no processo de desenvolvimento, mormente numa área onde através de todo um esforço já despendido e a despendido pela Sudene e empresas, aliado à almejada integração com a rica região amazônica, a matéria-prima de aços planos, da CSN, Usiminas e Cosipa, é imprescindível. Além de que não deverá ser fornecida em termos de preços díspares entre regiões, especialmente quando é ainda, e por algum tempo, problemática a escala econômica de produção, em nossa Região.

Considerando a importância dos aços planos como matéria-prima indispensável à própria sobrevivência dessas empresas, preocupam-nos, também os cortes efetuados pelas usinas fornecedoras. Cortes estes tão acentuados nas últimas programações trimestrais, quando atingiram o alto percentual de 50% sobre os pedidos. É importante frisar que estes cortes determinam fatalmente a majoração dos custos de produção. Impossibilitando a aquisição de matéria-prima nas referidas siderúrgicas, as obrigam a compras complementares junto à rede de distribuição do Sul, por preços bem mais altos. Tal circunstância implica, necessariamente, num enorme prejuízo para o consumidor regional. É certo que estes fatos não emanam de um tratamento discricionário das empresas estatais ou do governo central para com o Nordeste. Resultam de uma prioridade que certas obras no Sul do país exigem. Todavia, apesar do imenso esforço que o governo federal tem efetuado no sentido de elevar a produção de aço no Brasil, como bem demonstra o Plano Siderúrgico Nacional, é de ser dito, que tal esforço só colherá frutos positivos a médio ou longo prazo. Sendo assim o Nordeste brasileiro, que necessita de um fornecimento de planos de aço, com soluções a curto prazo, só poderá desejar como saída para este impasse a autorização do governo central para importação, com isenção de direitos, do percentual relativo aos cortes já referidos. Sobretudo, quando é sabido que tais cortes somente se verificam nas hipóteses, de deficits na produção, como aliás vêm ocorrendo ultimamente.

Finalmente, como alternativa de fornecimento, tanto para a rede distribuidora como para o pequeno consumidor, é imprescindível que voltem a funcionar no Recife os depósitos da CSN e demais produtoras de laminados planos, assegurada a manutenção de um estoque estratégico indispensável ao bom funcionamento das indústrias consumidoras locais.

TERMINAL MARÍTIMO

Este sindicato se associa ao governo do

Estado numa das reivindicações das mais oportunas, justas e de grande significação para Pernambuco e o Nordeste: a construção do terminal marítimo de Suape. Situado na extremidade oriental do país, através do nosso porto, flui grande parcela do comércio marítimo desta região, representando pelas exportações de açúcar demerara, melaço, algodão, óleos vegetais, caudas de lagostas e outros produtos regionais. Ditas exportações participam de forma ponderável da composição da receita cambial do país.

Nos anos mais recentes, entretanto, em virtude da sua inadequada localização, em pleno centro urbano, o porto do Recife não tem podido expandir-se na escala necessária. Notadamente pela falta de espaço, livre na orla do cais, assoreamento, baixa batometria, afora os sérios problemas de tráfego decorrentes da movimentação de cargas pesadas na área central da cidade.

O problema em questão tem sido objeto de grandes preocupações por parte do governo e das classes responsáveis do Estado. No entanto, até agora, não se chegou, ainda, a uma solução definitiva. É reconhecido, todavia, que como medida inicial de grande envergadura maior urgência, está a construção do terminal marítimo de Suape, sem dúvida uma das procedentes exigências do processo de desenvolvimento regional. Cumpre salientar que Pernambuco, nesta reivindicação, está na posição de pólo de desenvolvimento e tradicional corredor do comércio marítimo do Nordeste, agora também estendido a uma grande parte da região amazônica.

Situação estratégica e tradicional esta que não haverá de ser desprezada na execução do Programa de Integração Nacional o qual compreende, inclusive, a **Implantação de Corredores da Exportação** no Nordeste para criar a infra-estrutura, altamente especializada de transporte, que permita a exportação, em larga escala, de produtos agrícolas e manufaturados.

É de se ver que a integração dessas duas regiões irá desenvolver, em futuro próximo, um vigoroso fluxo de comércio em ambos os sentidos. Isto, pela necessidade de se escoarem os bens ali produzidos, alguns dos quais exportáveis, e, por outro lado pela exigência da importação de insumos e mercadorias indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre esses, assumem particular relevância os produtos derivados do petróleo, que deverão atingir o interior daquela área através de um longo caminho que, geograficamente, se inicia em Pernambuco. Portanto, dentro dessa ótica, a construção do referido terminal transcende os interesses deste Estado, para se projetar com uma medida de grande alcance para a economia do país e até mesmo da segurança nacional.

O Nordeste carece de um maior incentivo à indústria

O governo de Pernambuco pleiteia ainda duas providências que complementarão a construção do aludido terminal e que são merecedoras de aplausos: a) a instalação de uma refinaria de petróleo, antiga e positiva aspiração deste Estado, para atendimento do amplo mercado regional e dos centros de consumo que se formam ao longo da Rodovia Transamazônica; b) a estruturação e implantação, nas proximidades do aludido local, do primeiro Distrito Industrial **Draw-Back** do País, como experiência pioneira capaz de dinamizar o setor exportador do Estado em relação às grandes projeções do comércio exterior brasileiro, para os próximos anos. É capaz também de absorver a grande oferta de mão-de-obra que se constata existente na área metropolitana do Grande Recife.

DISTORÇÕES NA CAPTAÇÃO

É sabido que o PIN e o Proterra complementam a estratégica do desenvolvimento do Nordeste, relativamente a experiência da década de 60, destinada a garantir o crescimento da economia regional acima de 8% ao ano. Também, que tal será feito com base no **fortalecimento do processo de industrialização já iniciado, com o apoio, principalmente, nos 50% remanescentes dos incentivos fiscais.** É do conhecimento geral a facilidade como inicialmente foram captados recursos dos artigos 34/18 destinados aos primeiros projetos industriais aprovados na área da Sudene. Tal fato é facilmente explicável, sobretudo se levarmos em consideração que o volume de projetos e, conseqüentemente, de recursos aos mesmos alocados, eram, na época, inferiores à massa de incentivos depositados no Banco do Nordeste.

Mas, contrariamente ao que se esperava, à medida que o número de projetos aprovados foi aumentando, o volume anual de incentivos foi decrescendo. Criou-se, dessa forma, uma inversão de expectativas em função do desvio dos mesmos, em âmbito nacional, para pesca, Sudan, turismo, reflorestamento, PIN, PIS e, mais recentemente para a construção da Transamazônica e para o Proterra.

Assim, a partir de 1967, começou a se registrar um deficit de recursos cada vez mais acentuado. Naquele ano foram depositados no Banco do Nordeste recursos de deduções fiscais no montante de Cr\$ 456,7 milhões, contra Cr\$ 737,4 correspondentes aos cronogramas aprovados para os projetos. Em 1969, os totais atingidos foram de Cr\$ 679,9 contra Cr\$ 853,7, enquanto os recursos correspondentes aos projetos se elevaram a Cr\$ 1.041,2. No ano passado, o quadro se agravou, reduzindo-se o volume de recursos depositados para Cr\$ 777,6 milhões (Informativo Econômico — 23.07.72). Outrossim, as expectativas para o corrente ano são ainda mais desanimadoras, esperando-se uma nova redução em termos absolutos no volume de recursos a serem arrecadados.

O quadro que se apresenta gerou, por outro lado, a criação de uma rede de corretores e especuladores, de tudo resultando a cobrança de comissões estorsivas para projetos industriais e agropecuários. Tais comissões são pa-

gas à vista e antecipadas de 6 a 10 meses em relação às liberações, provocando, como se pode imaginar, uma total impraticabilidade nas implantações. O volume de recursos despendidos no pagamento dessas comissões é lesivo aos interesses da integração econômica do País porquanto além de especulativos, dificultam, na maioria dos casos, o cumprimento dos cronogramas dos projetos, cujos custos ficam, dessa forma, sobremaneira elevados e com suas rentabilidades comprometidas.

É fácil de perceber como este mal está criando gravíssimos problemas para as regiões Norte e Nordeste e obstaculando seriamente o seu desenvolvimento. Como indicador dessa situação poder-se-ia citar a sensível aceleração do fluxo migratório de técnicos para o Centro-Sul. Não quer isto dizer que o Nordeste tenha estancado. Isto apenas indica que está havendo uma desaceleração no processo de desenvolvimento regional.

Os fatos enumerados criam problemas cumulativos, comprometedores de todo um esforço e diluidores de uma projeção regional de mercado, esta em fase de retrocesso em alguns setores. Várias alternativas já foram sugeridas na luta pela correção de tais distorções. Não se identifica neste documento qual a melhor das alternativas. Apenas é declarada a certeza de que várias deverão ser postas em prática, sob pena de se verem frustrados os esforços do governo e da iniciativa privada para a promoção acelerada do desenvolvimento regional.

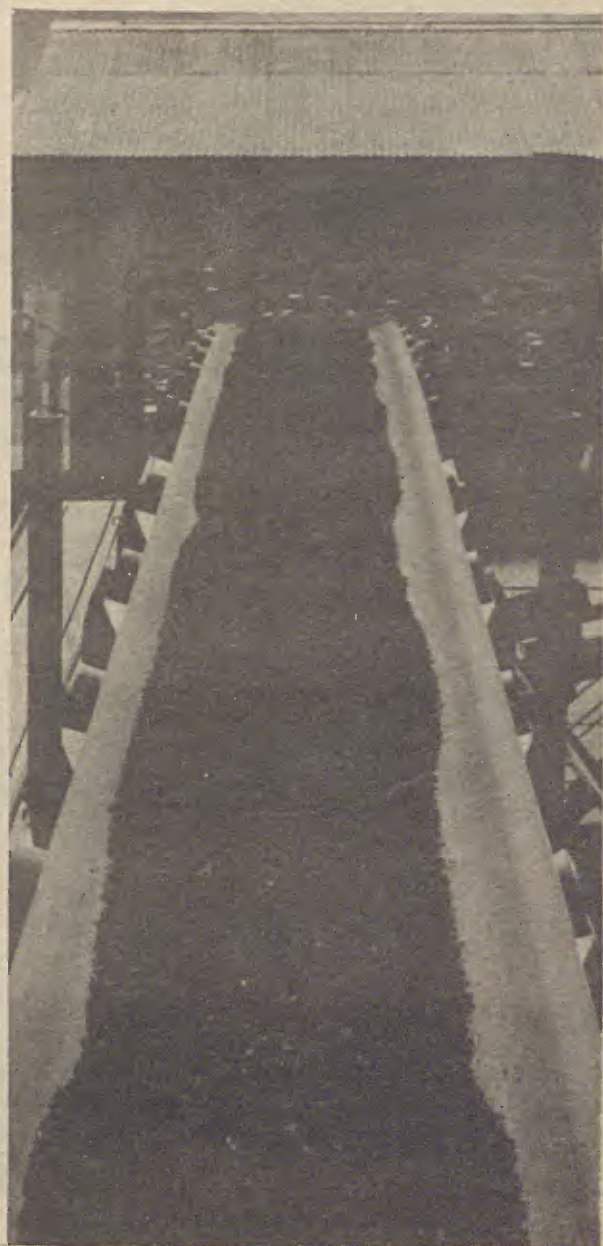
FINANCIAMENTO ÀS INDÚSTRIAS

Foi assinalada em tópico anterior deste documento a necessidade de se estimular a formação de um pólo mecânico em Pernambuco, como suporte indispensável à dinamização das economias do Norte e Nordeste. Confia-se que, se concordar com a sugestão, V. Exa. saberá tomar as medidas pertinentes, na brevidade que o caso requer. Não obstante, e sem prejuízos dos estudos globais a serem para tanto procedidos, poderiam ser concretizadas algumas medidas de caráter mais imediato, de ampla repercussão e altamente benéficas para o parque mecânico metalúrgico regional.

Efetivamente, o setor industrial que este Sindicato congrega vem ressentindo-se da falta de um mecanismo financeiro específico. Mecanismo financeiro que além de mais adequado e eficaz, seria absolutamente indispensável como suporte ao programa de reequipamento e racionalização do aludido setor. Uma análise, ainda que superficial do mesmo setor, demonstra que uma grande parte das indústrias nele atuantes se encontra às voltas com sérios problemas de obsolescência. Somados estes problemas à séria questão da escala de produção, tudo está comprometendo sobremaneira a economia das mencionadas empresas.

Por outro lado, as condições especiais que caracterizam o setor, como por exemplo, a sazonalidade operacional da maioria das empresas, dificultam os respectivos programas de investimento, através dos mecanismos normais de financiamento existentes. E tal acontece por uma simples razão: o nível de utilização da maquinaria nessas empresas nem sempre permite a amortização dos financiamentos nos prazos e condições atualmente em vigor. Assim não acontece no Sul, onde a concentração de mercado permite um alto índice de utilização das máquinas, não encontrando as empresas, por conseguinte, maiores dificuldades nas operações de financiamento através do Fina-me, PIS e outras fontes.

Daí entender-se que a solução, no caso do Nordeste, seria além dos financiamentos normais existentes, a extensão dos recursos do Proterra para essa finalidade. Extensão que se operaria mediante a constituição de um fundo especial a ser repassado pelos agentes financeiros ou através dos bancos de investimento dos Estados, com juros de 7 a 11% para financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos destinados às indústrias mecânicas, metalúrgicas e de componentes, peças e implemen-



tos agrícolas que produzem ou venham a produzir para a agro-indústria, agropecuária e agricultura do Nordeste. A inclusão dessas empresas entre os beneficiários do Proterra teria inclusive o aspecto de não ferir o espírito da lei que o criou: promover o rápido desenvolvimento e a eficiente reorganização da estrutura agrária regional.

Outra medida paralela e de idêntico alcance seria a utilização daqueles recursos para operações **underwriting**, nos processos de aumento e abertura de capital da agro-indústria regional, na forma da vigente legislação disciplinadora das empresas de capital aberto. Tal providência, como é fácil de perceber, possibilitaria a definitiva reorganização desse setor de vital importância para a economia de Pernambuco e do Nordeste, desde que condicionada ao atendimento das exigências de racionalização, elevação dos padrões sociais e acréscimo de eficiência.

A obrigatoriedade de saldo médio exigido pelos bancos oficiais vem acarretando sérias dificuldades às empresas industriais e comerciais, principalmente em determinados períodos do calendário, referentes às obrigações fiscais e trabalhistas, quando necessitam elas sacar, na maioria das vezes, razoável parcela de seus saldos. Tãmanha é a preocupação dos bancos locais nesse sentido que, muitas vezes, verificada uma diminuição sensível nos saldos, as duplicatas apresentadas pelas empresas responsáveis permanecem sem desconto por vários dias, até que se restabeleça o nível normal de depósito. Não se tem levado sequer em consideração que o produto do desconto é suficiente para cobrir as diferenças eventuais, nos saldos médios exigidos. Tal prática vem sendo adotada regularmente pela autoridade dos bancos comerciais privados e estabelecimentos oficiais, criando enormes problemas no que se refere à continuidade das operações bancárias, para a maioria das empresas regionais.



Algo já se fez, mas é necessário muito mais

Recentemente, o parecer normativo CST nº 149 de abril de 1972, dirimiu as dúvidas existentes e concluiu pela exclusão do prêmio IPI sobre fretes e seguros, nas exportações através de aeronaves. Dadas as dificuldades que algumas exportadoras da Região têm encontrado para efetuar os seus embarques por via marítima, em virtude das exigências, por parte dos importadores, relativas aos prazos de entrega, têm sido utilizados os fretes aéreos. Solicitamos a atenção para o exame do prêmio IPI na hipótese da utilização dos fretes aéreos, enquanto medidas de envergadura não sejam tomadas para dotar Pernambuco de um terminal marítimo à altura do fluxo de tráfego que o desenvolvimento da região vislumbra.

CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA

É sabido que o elevado custo da energia elétrica no país tem sido um dos obstáculos ao seu mais acelerado desenvolvimento industrial. Tal circunstância se evidencia ainda mais em nossa região se devidamente considerados os problemas de escala econômica de produção, comuns à grande maioria das indústrias locais. A incidência do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica para fins industriais representa, atualmente, um pesado encargo que o Nordeste, pelo estágio de seu desenvolvimento, não está ainda em condições de absorver. Sobretudo nas indústrias cujo consumo de energia é acima de 3% sobre os faturamentos, apesar dos incentivos previstos no Decreto 68.419, de 25/03/1971.

Acresce que os recursos retirados da região por meio desse mecanismo nem sempre retornam na mesma proporção, de vez que é no Centro-Sul e Sul onde se concentram os maiores investimentos no setor energético. Portanto, uma revisão na política tarifária em relação ao Nordeste poderia ser objetivo de estudo atualizado por parte do governo, a fim de que a partir de um tratamento igualitário entre regiões desiguais não se venha a agravar o processo de descapitalização das áreas economicamente menos desenvolvidas do país.

ASSESSORIA CONJUNTA

A região e, em particular, as classes empresariais de Pernambuco, se ressentem de uma presença mais constante, coordenada e efetiva desses ministérios. Não se critica a atuação do Ministério da Fazenda no âmbito estritamente fazendário, satisfatoriamente exercida através da delegacia local da Receita Federal, nem a dos dois outros mencionados ministérios, através dos seus órgãos específicos. Tampouco se desconhece a importância do trabalho executado pelos representantes ministeriais, no conselho deliberativo da Sudene, órgão que coordena o desenvolvimento desta região.

Constata-se apenas a necessidade de uma assessoria de caráter permanente, mais ampla e coordenada das pastas aludidas, na Região. Assessoria esta instalada aqui em Pernambuco e que tornaria possível a manutenção de diálogo constante com aqueles ministérios. Assim, em quaisquer circunstâncias, seriam ouvidas, anotadas e transmitidas ao governo, sem entraves burocráticos, as mais importantes e urgentes reivindicações e informações dos organismos e classes empresariais do Estado e da Região.

Julga-se que a existência da representação proposta nesta área, instituída ao nível de coordenação desenvolvimentista, seria altamente proveitosa, tanto pela constante atuali-

zação de dados como pela análise conjunta dos problemas de interesse da região.

FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Renovam-se aqui gestões que têm sido feitas pela presidência deste sindicato no sentido de serem efetuados maiores investimentos na formação de mão-de-obra especializada através de planos específicos nas escolas técnicas e dentro das próprias empresas. Nesta ocasião histórica em que o ministro Delfim Netto visita Pernambuco, o setor empresarial representado por este sindicato saúda o governo da República na pessoa de um dos seus mais dignos e capazes membros e empresta o seu irrestrito e firme apoio aos seguintes programas, projetos e medidas que considera do maior interesse para esta região:

- ao Proterra, pelos benefícios que trará à economia do setor primário regional o qual, pela sua fragilidade e sujeição às intempéries do clima, por muito tempo ainda necessitará de uma vigorosa assistência por parte do Poder Público;

- à racionalização e correção das distorções na agro-indústria do açúcar, cujas reivindicações certamente estarão devidamente equacionadas em memorial específico que V.Exa. receberá;

- ao Projeto Sobradinho—Moxotó que, através da perenização de vários rios intermitentes e ampliação das áreas irrigáveis, beneficiará uma ampla faixa da zona árida do Nordeste e especialmente de Pernambuco, num total aproximado de 1.107 mil hectares, através do mais econômico sistema, isto é, por gravidade, permitindo a fixação de mão-de-obra produtiva e consumidora além de mudar a fisionomia ecológica das zonas áridas de Pernambuco;

- à intensificação dos investimentos para construção de estradas vicinais em nosso Estado, com recursos do Fundo Rodoviário ou de outras fontes, como medida imperiosa e necessária à incorporação de grandes áreas produtivas sem acesso ao mercado consumidor;

- a uma já anunciada política tributária mais justa permitindo-se aos Estados consumidores condições de maiores investimentos em setores prioritários, além de uma melhor e conseqüente distribuição de renda;

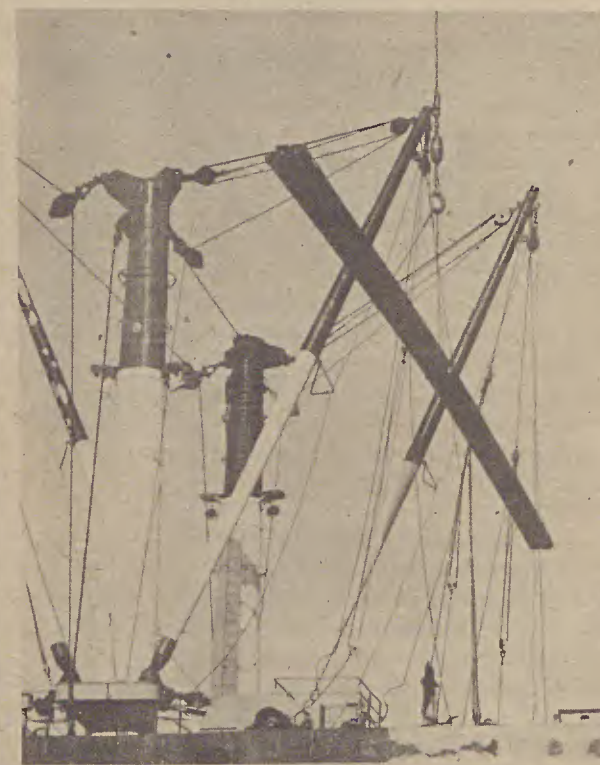
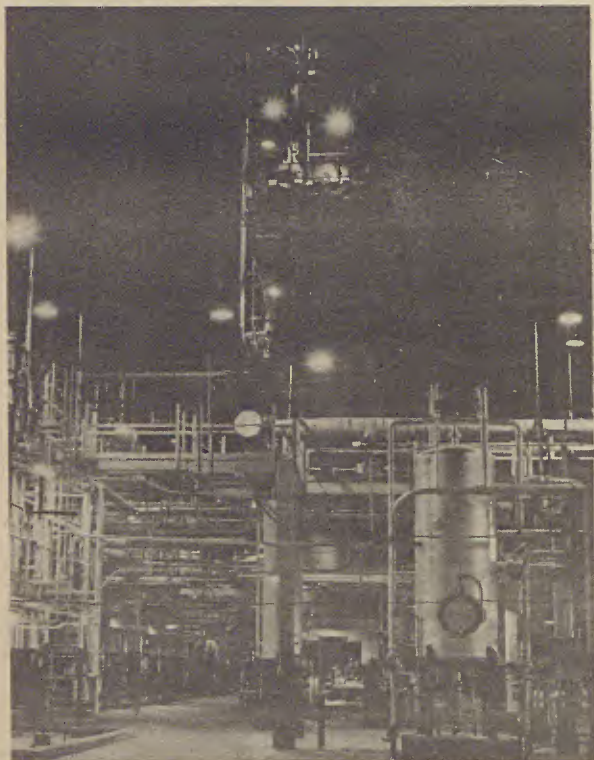
- a maiores investimentos do governo federal na área, principalmente àqueles ligados aos setores de comunicação, transporte, energia, saúde e educação;

- à revisão da política salarial da Sudene, pela importância de que se reveste na preservação e retenção dos quadros técnicos regionais;

- à instalação de uma central de fertilizantes, em Pernambuco, com a extensão ao nosso Estado, na Zona Sul do Recife, do pólo petroquímico baiano, tendo em vista a quase equidistância entre Recife e Salvador da futura área de libertação de gás de petróleo na plataforma de Sergipe;

- a maiores aportes de recursos para o financiamento da produção, construção de silos e fixação de preços mínimos para os produtos agrícolas regionais, que venham beneficiar diretamente o produtor;

- ao plano do governo do Estado para a implantação de distritos agro-industriais.



Sebastião
Nery



SÃO PAULO

São Paulo, 1932. A cidade estava agitada, na antevéspera da deflagração do movimento contra Getúlio. Um dos ativistas era Paulo Duarte, cujos amigos a polícia foi prendendo, na esperança de — através deles — chegar à toca da "caça grande". Durante duas semanas, diariamente, os "rapazes" foram submetidos a longos interrogatórios.

Havia um manifesto explosivo circulando na praça e as autoridades estavam empenhadas em obter dos seus prisioneiros a confissão de que havia sido escrito por Paulo Duarte. Certo dia, um dos presos — hoje grande industrial — vê na sala do delegado, com um exemplar do jornal de informações comerciais e lê que um seu título tinha sido protestado. Resolveu, então, "confessar":

— Doutor, quem escreveu o manifesto foi fulano.

E deu o nome do credor. Que levou um mês inteiro para poder provar que até analfabeto era.

2

Ainda em 1932. Armando Gallo, hoje famoso médico paulista, era estudante, integrava a "quinta coluna" paulista no Rio. Numa tarde, jogou manifestos do alto de um edifício da Avenida Rio Branco. Cumprida a missão, disparou escadas abaixo. Sabia que a polícia estava subindo para prendê-lo. Depois de alguns andares à procura de esconderijo, deu com o consultório de um médico, em cuja ante-sala se sentou como se fosse um cliente à espera da vez. Os tiras entraram e ficaram com a pulga na orelha, ao ver um único homem no meio de mulheres. Chamaram o clínico e perguntaram:

— São todos seus clientes?

— São sim, senhores.

Os policiais não se deram por satisfeitos:

— Mas o doutor não é ginecologista? Pensávamos que só atendesse a mulheres.

— Sou também especialista em vias urinárias.

E assim, Armando Gallo escapou da cadeia venereamente.

3

A Revolução de 1932 tinha revolucionário demais e soldado de menos. O jeito era fardar civil e mandar brigar. Até Zeca de dona Estefânia foi.

Rapaz sério, compenetrado, Zeca de dona Estefânia tinha chegado de Minas naqueles dias, pálido e analfabeto. Mas queria, também ele, defender a Constituição, que não sabia o que era, e a honra de São Paulo, que pensava que sabia.

Fardado e de fuzil na mão, Zeca de dona Estefânia recebeu, feliz a primeira missão. Guardar a estação da estrada-de-ferro de Mogi das



Josafá Marinho

Cruzes. Gente chegando, gente saindo, e Zeca de dona Estefânia, fuzil na mão, duro como estátua, ali no pátio, como um Bonaparte sem pirâmide.

De repente, passa um apressado e tropeça em Zeca de dona Estefânia:

— Têje preso.

— Preso por quê?

— Ocê pisou no pé da lei.

4

Na hora de compor o ministério, Jânio Quadros reservou a pasta da Saúde para o PTN (Partido Trabalhista Nacional), de Emílio Carlos. Mandou buscar a lista da bancada do partido, na Câmara:

— Quero este: Josafá.

— Josafá Azevedo? Da Bahia?

— Exatamente. Quando fiz meu debate com os universitários, em Salvador, na Faculdade de Direito, ele estava presente e pude testemunhar, além de uma inteligência brilhantíssima, que nenhum professor da escola tinha, como ele, o respeito e a admiração dos estudantes.

— Presidente, o senhor está enganado. O Josafá a que o senhor se refere é o prof. Josafá Marinho, catedrático da Faculdade. Este aqui, o Josafá Azevedo, é um agrônomo corrupto, que faz negócios no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, e comprou o mandato a peso de ouro.

Jânio Quadros convidou, então, o deputado Catete Pinheiro, do Pará, para ministro da Saúde, e Josafá Marinho para presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

Agora, a ARENA da Bahia escolheu o mesmo Josafá Azevedo, rejeitado por Jânio, para suplente de senador na chapa de Rui Santos. A dupla é perfeita. Os romanos já diziam: asinus asinum fricat.



Paulo Duarte

5

Os usineiros de Pernambuco pediram ao ministro Romero Cabral, da Agricultura, que os levasse ao presidente Jânio Quadros. No dia da entrevista, Romero Cabral estava viajando. Os usineiros correram a Catete Pinheiro, ministro da Saúde, para que substituísse o colega.

Catete Pinheiro foi com eles. Quando Jânio Quadros entrou no salão de audiências do Palácio do Planalto viu os usineiros com o ministro da Saúde e não o da Agricultura:

— Muito bem, dr. Catete, o que é que há com a diabetes?

— Não, presidente, não é a diabete. Os usineiros de Pernambuco desejam apresentar a V.Exa. as suas reivindicações de classe.

— Não entendo, dr. Catete. Usineiro de açúcar trazido até o presidente pelo ministro da Saúde deve ser para tratar de problemas diabéticos. Açúcar e saúde juntas dão diabete. Quando eles desejarem cuidar de assuntos agrícolas virão com o dr. Romero Cabral.

E voltou para o gabinete reservado. Naquela noite houve um corre-corre em Brasília para impedir que o ministro Catete Pinheiro encaminhasse a carta de demissão.

6

Olegário Mariano contava que um dia entrou no atelier de Portinari. Telas modernas deformando corpos, retratos de jovens e de santos com rosto em cubo. E um São Francisco de olhos esbugalhados como estrelas.

Olegário Mariano vai conversando e olhando tudo. De repente, lá no fundo do atelier, vê o retrato de uma velha. Todo certinho, bem acadêmico.

— E aquele quadro lá?

— Bem, aquele é o retrato de minha mãe.



Lasar Segall

MeM

ANTOLOGIA DE LASAR SEGALL

A imprensa noticiou recentemente o fechamento do Museu Lasar Segall por falta de recursos destinados à sua manutenção. Isto por si mesmo já constituiria um fato dos mais lamentáveis para a cultura brasileira. Mas o grave não está apenas aí. O grave é que parte do acervo do artista será levado para o exterior, onde sua obra começa a despertar interesse.

Lasar Segall, embora russo de nascença, está profundamente ligado à história da pintura moderna brasileira. Aqui esteve pela primeira vez antes da Primeira Grande Guerra, expondo em São Paulo. Mas a sociedade burguesa local, enriquecida com o café, não tinha sensibilidade bastante para compreender a importância de sua obra. Mais tarde Segall regressaria, integrando-se definitivamente na vida artística brasileira. Sua presença contribuiu para estimular as tendências renovadoras no domínio da pintura, dominada então completamente pelo academicismo.

No decorrer de toda sua vida Segall construiu uma obra importante, quase toda ela conservada no domínio familiar. Homem rico, não vendia seus quadros, preferindo doá-los eventualmente a alguns amigos. Expressionista, ligado aos primórdios desse movimento na Europa, conservou-se sempre fiel a si mesmo, não se deixando influenciar por modismo. Temperamento sensível, aberto à compreensão dos problemas do mundo, terminou marcando sua obra por um traço profundamente humano, ao qual não faltava o sentimento de angústia universal.

Apesar de influenciado pela luminosidade dos trópicos, não abandonou jamais os tons baixos em sua pintura, o que era uma de suas características.

Segall aliou o gosto pelos grandes temas ao interesse pelas paisagens bucólicas, a que se entregava com ternura e lirismo, como acontece na série de Campos do Jordão.

É desse artista extraordinário, vinculado hoje à cultura brasileira, a obra que estamos ameaçados de perder, o que não deixa de ser um contrassenso, até um crime, num país tão carente de grandes obras de arte.

- As formas e as cores não interessam como um jogo frívolo de imaginação, mas sim como uma profunda necessidade íntima do temperamento.

- A missão da pintura decorativa consiste em encher o espaço vazio de uma peça criada pela arquitetura, isto é, fundi-la organicamente nesse espaço, para com ele formar uma unidade. A pintura decorativa é o contrário do quadro. Este é organicamente completado por si mesmo e separado do meio que o cerca pela moldura em que foi embutido. A pintura decorativa, não. Ela está intimamente identificada com a arquitetura. Faz contraste com a pintura que, em última instância, tira sua fonte de inspiração da vida, e não se pode libertar das formas sensíveis da natureza. A pintura decorativa deve ser abstrata, e as figuras nelas representadas precisam ser distribuídas arquitetonicamente e construídas de todo ponto abstratamente como a própria arquitetura.

- Compreendeu-se que a arte não é a técnica, mas a verdade revestida de formas.

- A técnica é um meio, mas não um fim em si mesmo.

- É difícil dizer onde a arte encontra o equilíbrio. O que eu vejo é que não podemos dispensar, em arte, a parte humana, quer dizer — a emoção.

- Pertencço à vanguarda... Mas porque pertencço à vanguarda? Há duas formas de ser: querer e dever.

- Procuo nas almas o que há de mais íntimo dentro delas, — a verdade profunda de suas aspirações.

- O Brasil revelou-me o milagre da cor e da luz. Sinto que neste país todas as coisas parecem mais leves e mais altas. Eleva-nos da terra. Ensina a alegria. Considero uma aquisição essencial para a minha arte essa alegria que o Brasil me revelou. Não é uma alegria superficial, que oponha à tristeza, mas uma alegria ampla e compreensiva que abrange o seu contrário, e que, sobretudo, nos exalta para um mundo mais elevado.

- Não faço quadros para agradar aos outros. O que importa não é agradar, é realizar, é criar.

- O artista deverá penetrar cada vez mais profundamente a natureza. Quanto mais íntimo for este contato, tanto melhor poderá sentir as combinações dos valores plásticos, para desenvolvê-los até às suas conseqüências mais profundas.

- (Sem técnica, sem conhecimento do "método", o artista não fala — gagueja.)

- Colorido vivo não quer dizer cores gritantes. As cores gritam quando destoam.

- O pintor sente a volúpia de um construtor de mundos que se sabe capaz de realizar, de acordo com a sua imaginação. Por isto, pintar proporciona ao artista o prazer intenso de um ato fecundo.

- A arte tem suas leis. São leis que sempre foram invariáveis, ainda o são, e o serão para sempre.

- O quadro ou a escultura são obras de arte se o artista os criou sob o impulso de uma necessidade, — torto a dizer: de uma necessidade íntima.

- Necessitamos de artistas profundamente penetrados pelo panorama universal da época em que vivemos e que saibam transpor no molde concreto de uma obra de arte a imagem do mundo que neles estiver enraizado.

Chá das cinco

A

— Sessão ontem na Academia Pedro Calmon não sabia. Pelo sim pelo não foi lá sem fardão. O cadáver do Assis rangeu como giz:
— Pedro, Pedro, que fizeste?
— Não vejo oh! mestre nenhum mal, pois já uso o fardão facial.

B

O acadêmico brasileiro encontrou-se em Buenos Aires com o acadêmico argentino:

— Nossas línguas são cada dia mais irmãs.

— Português e espanhol cada dia se parecem mais.

— Coca-Cola e Democracia se escrevem da mesma forma.

C

Sessão na Academia. Posse de Herberto Sales, romancista maior. Entre os dois discursos, um dos três maiores poetas do País escreveu e um dos três maiores compositores do País pôs em música esta marchinha que (tomem nota!) vai ser o grande sucesso do carnaval de 1973:

— "Podem me chamar velha sapeca mas agora eu virei boneca. Comprei um nariz novo ao Pitanguí e saí por aí, e saí por aí."

Meti uma peruca da Rosinha e fiquei na minha, e fiquei na minha.

Tirei três polegadas dos quadris e fui dar badaladas em Paris.

Quem me viu e quem me vê há de dizer: ela está linda de morrer."

Gigolô de tomate

Muitos falsos agricultores e pecuaristas enriqueceram no passado com as facilidades oferecidas pelos institutos financeiros oficiais através de empréstimos a longo prazo. A propósito, um ex-fiscal do Banco do Brasil, hoje aposentado, contava uma história curiosa.

Foi designado, para visitar, nos arredores de Curitiba, agricultores que tinham recebido financiamento para incentivo do plantio de tomate. Ao percorrer as

plantações, uma delas chamou particularmente sua atenção, a começar pelo aspecto luxuoso da residência. Entusiasmado, dirigiu-se ao proprietário e começou a fazer uma série de indagações. Depois de algum tempo, já irritado, o "agricultor" saiu-se com esta:

— Quer saber de uma coisa, doutor? Estes bestas aí é que estão plantando tomate. Isto aqui é um "rendez-vous" mesmo.



MeM



Hermes Lima

Ari aqui e ali

Ari Cordeiro, do GEMEC (Gerência do Mercado de Capitais) vai ser assessor especial do IBEMEC (Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais) sem deixar o Banco Central.

Ora, o IBEMEC é uma sociedade civil que pertence à Bolsa de Valores. Como é que o dr. Ari Cordeiro poderá, por exemplo, ter isenção para julgar um processo da Corretora Cavavello, se o sr. Vicente Cavavello, presidente da Bolsa, é quem lhe pagará o salário mensal de assessor especial do IBEMEC?

Doutor Ari, olhe a Bíblia: ninguém pode servir a dois senhores. Muito menos quando os interesses se cruzam.

Um sonso chamado Gilberto

De uma entrevista de Gilberto Freyre a O CRUZEIRO: "Na Academia Brasileira de Letras, deixou-se de olhar para valores pernambucanos, menos ostensivos porém mais reais, com os olhos justicheiros de outrora. Deixou-se de reconhecer preeleitoralmente a presença de grandes talentos tímidos incrustados na sua velha mas sempre jovem província dignos de ser procurados pelos acadêmicos-reis, em vez de se deixar que procurassem, eles, talentos, retraídos, suas majestades cariocas, como pobres pedintes e senhores ricos."

Fica aí registrado, mais uma vez, o recado. Gilberto Freyre, que sempre desdenhou da Academia, nela agora quer ingressar. Mas não quer pedir voto. Quer que o procurem, que batam à porta de sua mansão de Apipucos e de lá o tragam para ser entronizado na Academia. É a mosca preta.

1

Jacques Maritain, em novembro, estará completando 90 anos. Para entrevistá-lo para o *Jornal do Brasil*, seguiu para Paris o escritor Antonio Carlos Vilaça.

Há trinta anos atrás, escrevendo a *Alceu Amoroso Lima*, seu amigo, Maritain queixava-se da saúde, não acreditando que pudesse viver muito. Pelo visto, para sua alegria e para a alegria do mundo católico progressista, as suspeitas do escritor-filósofo eram infundadas.

2

Alceu Amoroso Lima escreveu recentemente, no "Jornal do Brasil", um artigo muito lúcido em que defendia a reforma agrária, depois de confessar-se, como sempre o fez, partidário dos ideais distributivistas de Chesterton. Agora, para sua surpresa, recebeu um telegrama extenso de protesto assinado pelos usineiros pernambucanos.

Como sempre, os defensores do imobilismo social mostram-se ativos.

3

Alvaro Cotrim, que se tornou famoso como Alvarus, estará comemorando no próximo mês o cinquentenário de sua atividade artística.

Carioca, Alvarus publicou seu primeiro trabalho, em 1922, em *A Bola*, um jornalzinho esportivo de vida efêmera. Tratava-se de uma caricatura em que o Flamengo, que perdera o campeonato daquele ano, olhava, pro um óculo, o América.

O primeiro jornal diário a que Alvarus emprestou sua colaboração foi *A Pátria*, fundado por João do Rio, e na época dirigida por Francisco Valadares, político mineiro.

Memórias políticas

Hermes Lima teve uma participação ativa na vida brasileira entre os anos de 30 e 60. Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, foi professor de Introdução à Ciência do Direito, deputado federal em 1946 pela legenda da Esquerda Democrática, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, primeiro ministro no governo Parlamentar e ministro do Supremo Tribunal Federal.

Por duas vezes, Hermes Lima teve sua vida pública truncada. Em 1937, preso, tendo como companheiros de cadeia os professores Castro Rebelo e Leônidas de Rezende, terminou perdendo a cátedra. Em 1964, ministro do Supremo, foi aposentado compulsoriamente, pela Revolução, com base no AI-5.

Agora Hermes Lima está escrevendo os últimos capítulos de suas memórias, considerados por ele como os mais difíceis, pois tratam de sua participação no governo Goulart e de sua passagem pelo Supremo Tribunal Federal.

Se Hermes Lima, como acreditamos, for fiel a si mesmo e aos acontecimentos, produzirá um documento valioso para a compreensão dos últimos quarenta anos de vida republicana.

Os bons e os maus dias de Cicero

Cícero Dias descobriu o mercado de arte brasileiro. Depois de viver muitos anos em Paris, trabalhando na embaixada do Brasil, tornou-se amigo de Picasso e do poeta Paul Elouard. Isto lhe valeu entre os patrícios certa notoriedade. Mais tarde, ao regressar em férias, realizou exposições em Recife e Rio.

Por essa ocasião, sua pintura figurativista, baseada em temas populares do Nordeste, com alguns toques de surrealismo, havia evoluído para o abstracionismo. Isto lhe custou algumas decepções. Um painel abstrato pintado por ele em edifício público da capital pernambucana era tão ruim que o jeito foi mandar passar uma camada de tinta por cima.

Mas Cícero, que é muito vivo, logo compreendeu o equívoco. Ao retomar as tintas e pincéis, em Paris, voltou a reencontrar-se com o Nordeste atra-

vés de seu folclore. E, com isto, conquistou o mercado brasileiro, onde desfruta de grandes simpatias no seio da grã-finagem, que ele corteja como ninguém. Pois este pernambucano vivo é antes de tudo um homem de relações públicas.

O tira Jairo

Parece incrível que um partido com a responsabilidade de ajudar a reencontrar o caminho nacional da democracia, lance mão de censura contra seus próprios companheiros. Mas vamos lá, didaticamente, para que a nota possa ser lida e entendida pelo crânio curto, obtuso e policialesco do deputado Jairo Brun, vice-líder do MDB na Câmara Federal.

1. — Francisco Pinto, um dos poucos grandes deputados desta legislatura, pediu a Jairo Brun o tempo da liderança para fazer um discurso analisando a situação política e a política econômico-financeira: — Vou falar depois de amanhã.

— Então me dê o discurso para ler antes.

— Pois não.

No dia seguinte, Jairo procura novamente Pinto: — E o discurso?

— A moça está datilografando. Amanhã cedo está pronto.

À noite, Jairo diz a outro deputado do MDB:

— Se o Pinto não me der o discurso para ler e censurar antes, não deixo falar usando o tempo da liderança.

Pinto soube, decidiu não mostrar mais o discurso ao vice-líder. Foi à tribuna em horário normal e começou a falar. Mas o discurso era longo, esgotaram-se os 45 minutos regulamentares. O presidente Pereira Lopes chamou a atenção para o fim de seu tempo e sugeriu que Pinto conseguisse o tempo da liderança. Pinto, da tribuna, pediu. Para surpresa sua, o vice-líder Joel Ferreira, que estava na sessão representando Jairo Brun, pois

este viajara ao Rio Grande do Sul, respondeu-lhe que não poderia ceder o tempo à liderança. E justificou, depois, em conversa com Pinto:

— Por mim eu teria dado. Mas, antes de viajar, o Jairo deixou instruções expressas para você não usar o tempo da liderança porque não quis submeter seu discurso a ele, para censura.

Pinto, da tribuna mesmo, denunciou o vice-líder da oposição, dizendo que "um partido que pretende censurar os discursos de seus próprios companheiros não tem autoridade moral para criticar nada do governo".

Essa é a história. Mas devemos contar outra aqui. Alguns meses atrás, o deputado Jairo Brun veio almoçar no Clube dos Jornalistas Políticos, no Rio. Os cronistas políticos tiveram a maior paciência com ele. Mas o almoço foi tão ruim, ele deu tal demonstração de incompetência, de provincianismo, de estreiteza mental, que, quando acabou, um dos jornalistas perguntou:

— Será que de todo esse almoço sobrou uma frase ao menos?

— Sobrou, sim. "Almoçou ontem no Clube dos Jornalistas Políticos o deputado Jairo Burro, vice-líder do MDB".

Os jornalistas saíram da Casa da Suíça às Gargalhadas. E ainda não sabiam que ali estava um aprendiz de tira em busca de uma batida nas bocas de fumo da oposição.

Fogo Kruzado

"Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pelo sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nós coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer". (Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*).



A LIBERDADE CONSENTIDA

O Paquistão afirma que Kashmir (nós traduzimos para Caxemira) lhe pertence porque a maioria dos caxemiriotas é muçulmana. A Índia afirma que, muito pelo contrário, Kashmir é indiana porque na partition ficou pra ela. Agora escutem minha opinião: Kashmir não será de ninguém durante séculos. Vai desafiá-las todas as Onus deste mun-

MEMÓRIAS DE UM DIPLOMATA

do. Kashmir é a Suíça da Ásia, região fértil, muito verde, muita água e, ainda por cima, região estratégica. Bem encostadinha à URSS e à China. Enquanto brigam paquistaneses e indianos, Sua Majestade britânica dá gargalhadas: Vocês non querrer o independência? Pois independência seerr isso aí, bicho!

O sari

Quando chega um forasteiro à terra estranha, os naturais passam a fazer perguntas e a mostrar coisas. Todos querem saber a opinião do forasteiro:

- Quanto tempo está em Karachi?
- Um mês.
- Gosta?
- Gosto.
- De onde veio?
- Brasil!
- Ah, Brasil... América?
- Do Sul...

Numa recepção qualquer, que nem vem ao caso, uma senhora se aproxima de mim. Eu estava assim meio jogado fora, num canto, por dois motivos: meu inglês estava um pouco além do good evening e, em segundo lugar, porque, num canto, a gente pode estender a mão pra bandeja de uísque e pegar dois copos de uma vez que ninguém nota. A senhora danou-se a me fazer perguntas sobre o Brasil. Sim, sim, o Brasil. E Brasília? e Pelé? Em certa altura, virou, para que eu desse minha opinião sobre as coisas da terra. Perguntou:

- O que acha do sári?
- Bem, quer dizer, é bonito... elegante... Me parece elegante em certas criaturas.
- Gosta?
- Bem, quer dizer, acho prático...
- Prático?

Aí procurei meu melhor inglês e expliquei por que eu achava o sári muito prático:

- Prático, sim, minha senhora... Sabe, a gente pode pegar numa ponta do sári, empurrar a mulher pra longe e puxar...
- Oh...
- ... quando ela volta, já vem sem nada... pois não é tudo só enrolado?

O garçom me serviu o sexto uísque. Só com gelo.

A água

Todos os dias, quando eu saía do Jarbees Hotel notava umas carrocinhas com uns sacos escuros, grandes, sendo transportados de um lado para outro. Eram mesmo sacos esquisitos. Pareciam inflados, sei lá. Levei duas semanas, pelo menos, observando as carrocinhas.

Duas semanas depois eu já tinha bastante intimidade com um cidadão do hotel para perguntar:

- Escute, o que é que vai dentro daqueles sacos de couro naquela carrocinha?
- Saco?
- Sim, saco... Olhe ali... Aquilo não é saco de couro?
- Sim, é saco de couro...
- O que vai dentro?

O homem me olhou espantado pela minha ignorância e disse:

- Karachi é cercada de deserto, meu senhor... Por isso há dificuldades de água...
- Sei, sei...
- E ele, vitorioso
- Aquilo dentro do saco é água...
- Água em saco? ... Água em saco?
- Por que? E em que o senhor queria que eles transportassem a água?

Aí notei que os sacos não eram bem fechados e que a água ia escorrendo pelas ruas...



A guerra

Num dia 6 de setembro, depois de algumas escaramuças em Kashmir, soube-se a verdade em Karachi:

- Guerra! Índia e Paquistão!
- Black-out total. Convocação militar. Censura nos jornais. Gritos de guerra pelas ruas. Agitação de estudantes e gritos nas esquinas:
- Paquistão vence! Paquistão vence.

Como não sou muito burro fiz um levantamento mental para ouvir, pelo menos, três interessados no conflito: o Alto Comissariado da Grã-Bretanha (nome que eles dão pra embaixada em país da Comunidade Britânica), a embaixada das URSS e a dos EUA. Três opiniões, claro, da maior importância. A do antigo dominador, a do interessado e a do atual. Nunca se esqueçam: naquele pedaço da Ásia, o Paquistão é to United States of America e a Índia é to Moscou. E vamos adiante.

Seria preciso que vocês vissem o desinteresse total e completo do Alto Comissariado da Grã-Bretanha. O adido de imprensa me disse:

- Isso não é nada... ora...
- Como se dissesse o popular desprezo francês: pouco me importa.

É que a Grã-Bretanha perdeu quase todo o mercado. No que não perdeu, teve que recompor com Tio Sam. Depois, quanto mais dividir, melhor. Enfim, Sua Majestade não estava interessada no conflito.

Mas o secretário da embaixada soviética estava muito preocupado. Falou: (1) A China poderia estar ajudando o Paquistão e isso complicava; (2) Índia e Paquistão teriam que parar logo esse conflito porque o caso poderia se arrastar pelo resto do continente; (3) Kremlin já convidara os dois governos para uma reunião de cúpula em Tarskent. (Onde, mais tarde, morreu o Primeiro Ministro Shastri.)

Após escutar dois interessados, corri para o terceiro. Bati na Embaixada de nossos amigos de Washington. Mandei meu cartão. O adido, mister Harry Steven me recebeu sorrindo.

Harry Steven: jornalista de Nova Iorque, moreno, baixo, gorducho, casado, com duas filhinhas. Um ano e meio de Congo e um ano e meio de Karachi. Hobby: fotografia. E disto também eu manjo.

- Primeira conversa: fotografias.
- O senhor revela? Que revelador usa? Ah, bem, ótimo. E a máquina? Gosta da Hasselblad?
- Muito cara, custa 800 dólares...

- Ah, sei...
- Meia hora de conversa fiada. E a pergunta inevitável:
- Mister Steven, e a guerra?
- A guerra?

- Sim, a guerra Índia e Paquistão... Eu queria fazer uma reportagem, sabe... queria saber se vai durar? Afinal estamos em guerra total... Black-out...

Mister Harry Steven deu um sorriso e me disse:

- Não se preocupe com a guerra, não... fique tranqüilo...

- Tranqüilo? Mas esta noite bombardearam Karachi. Não escutou a sirene de alarma?

- Sim, sim...

Aí mister Harry Steven levantou da mesa, foi a um calendário na parede, virou umas folhas e disse:

- Olhe aqui... a guerra vai acabar aqui neste dia...

A folhinha que mostrava marcava 22 de setembro. Fiquei espantado. Uai! Era a primeira vez que eu via se dizer com segurança o fim de uma guerra. Perguntei.

- Mas como o senhor sabe que a guerra vai acabar dia 22? O Conselho de Segurança da ONU ainda nem reuniu... Mister U. Thant vem aí...

Mister Steven sentou-se, calmamente, e me disse com toda a franqueza de um jornalista:

- Olhe, desde o dia em que começou a guerra, que nós paramos de vender armamentos pros dois lados, sabe?

- Sim, sim...
- E ele, explicando:
- Pois acontece que as balas que eles têm deverão acabar dia 22...

- Mas por quê?
- É que eles estão atirando muito... e nós já fizemos esse cálculo...

A guerra parou no dia 21, à noite.

A Editoria



Agência quer matérias do **POLÍTICA**

Latin America

Latin American Newsletters Ltd.
7th Floor,
69 Cannon Street,
London, EC4N 5AB
Telephones: 01-248 3513
01-248 4444/Ext. 23

Telegrams: PRESSINTER LONDON EC4
Telex: CHAMCOM LONDON 888941

September 28, 1972

Senhor

Sebastião Nery
POLITIKA
Av. Rio Branco, 133
gr.1601
Rio de Janeiro.
Guanabara
Brazil

Dear Sr. Nery

I have recently been sent a copy of your weekly, and I was tremendously impressed. In fact, this week we have taken the liberty of quoting from 'linha cruzada', as you will see from the enclosed copy of 'Latin America'.

We would be very interested in receiving Politika by air mail each week, and I would like to know if you would be interested in making a straight swap. From our point of view, it would only be interesting if airmail were feasible - seamount takes such a very long time.

We would of course be delighted if you ever decided to quote from our articles, providing you give the attribution.

I very much look forward to hearing from you, and remain

Yours sincerely

Christopher Roper
Director

Senhor Sebastião Nery, POLITIKA, Guanabara, Brazil
Caro Sr. Nery

Recentemente recebi um exemplar de seu semanário, e fiquei tremendamente impressionado. Esta semana tomei a liberdade de transcrever uma nota da "linha cruzada", como o Sr. pode ver transcrita neste exemplar do "Latin America".

Estamos verdadeiramente interessados em receber Politika por via aérea toda semana, e proporia; se você estiver interessado, uma permuta. Sob este ponto de vista, lembro que somente nos interessa a remessa por via aérea, pois por via marítima demora muito tempo para chegar aqui.

Nos poderíamos, naturalmente, adotar medidas, caso você decida, para adquirir seus artigos, providenciando a justa retribuição.

Estou muito feliz em dirigir-me a vocês, e até breve

Sinceramente,
Christopher Roper
Diretor

MOACYR SIMIONI FILHO
(Cidade Universitária - São Paulo) - POLITIKA veio preencher uma lacuna deixada por Fato Novo em nossa imprensa, no cenário de exposições de verdades, que não raras vezes ficam ditas por não ditas. Como conseguir os números atrasados?

Moacyr, você pode conseguir os números atrasados a partir do no. 20 - remetendo cheque pagável no Rio. Como POLITIKA vive essencialmente da venda avulsa, o número atrasado custa Cr\$ 3,00.

JOSÉ HUMBERTO DE MENDONÇA (Crato - Ceará) - "Cada vez que leio um artigo

de Sebastião Nery, sinto vontade de escrever para externar minha admiração a quem considero o maior jornalista político deste país. Li a carta aberta de Sebastião Nery a Filinto Müller, transcrita no jornal O Estado de Fortaleza. Uma peça. No próximo mês de novembro vocês estarão comemoran-

do o primeiro ano de vida e de relevantes serviços ao país. Muitos são os brasileiros que, como eu, não conseguem uma coleção completa do jornal. Os meus exemplares sempre empresto a amigos. Com isso, uma sugestão: a impressão de todos os números de POLITIKA sob o título **A verdade Condensada**, em que cada número seria um capítulo."

PAULO HENRIQUE SOUZA (Salvador - Bahia) - "Creio que os elogios já estão muito gastos. A respeito da reportagem sobre o cangaço, feita por Edmar Morel, venho protestar quanto ao seu encerramento, quando ele escreve: "Uma coisa é certa: Lampião dominou o Nordeste por mais de 20 anos, porque os seus coiteiros eram senadores, deputados federais e estaduais. Não fosse a ajuda dos seus comparsas ele não teria desgraçado aquele rincão brasileiro." Na minha opinião, o Nordeste era desgraçado antes, foi e continua sendo, depois da vida de Lampião. Não é uma prova mais que suficiente e necessária para mostrar que quem desgraçou e desgraçou os rincões brasileiros não foram nem são os lampiões? E como estamos batendo nesta tecla, uma sugestão: não seria possível uma verdadeira análise do que o cangaço realmente representou para o Nordeste? (ou o Brasil, como queiram)."

DIRETÓRIO DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA (Salvador - Bahia) - "Vimos agradecer a presteza com que POLITIKA atendeu nossa solicitação. Já recebemos alguns exemplares e, como estávamos prevendo, teve grande repercussão entre nosso colegas. A atitude de V.S. nos desperta maiores esperanças no trabalho da imprensa brasileira, à medida que procura uma atuação mais direta junto aos setores mais esclarecidos da população, suscitando o debate mais aberto em torno das questões centrais da vida nacional. Segue anexo um exemplar do nosso Jornal de Arquitetura, que se propõe a abordar de maneira científica a problemática da arquitetura ligada à nossa realidade, atingindo não só estudantes, como também professores e arquitetos de nosso Estado. Destaque-se o grande apoio que recebemos do Instituto dos Arquitetos do Brasil,

seção da Bahia, na manutenção do Jornal de Arquitetura."

Muito bom o jornal de vocês. A notícia do encontro de Escolas de Arquitetura está na página 2.

H. ALVES DA COSTA (Rio) - "Li há dias, nos jornais locais, notícia proveniente de Washington de que "o presidente Nixon declarou ontem que está disposto a suspender todo o programa de ajuda econômica e militar aos países cujos governos protejam ou participem das atividades de pessoas que contribuem para o problema de drogas nos Estados Unidos". Espero, sinceramente, que a notícia não seja verdadeira ou que o presidente não esteja falando sério, porque do contrário seria o fim do mundo, isto é, do mundo ocidental, pois esses governos traficantes de drogas estão entre os principais baluartes da civilização ocidental e cristã, aguerridos aliados dos Estados Unidos. P.S. Os governos democratas e traficantes de drogas são, como todo mundo sabe, as ditaduras militares do sudeste asiático (Vietnã do Sul, Camboja, Laos, Tailândia), a Turquia e o Paraguai."

DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO (Curitiba - Paraná) - "Como não podemos dispensar verba com assinatura, pois o setor de Subsistência nos sobrecarrega o orçamento e, em virtude das precárias condições financeiras em que se encontram todos os diretórios acadêmicos do Paraná, vimos solicitar nos seja concedida uma assinatura de POLITIKA."

Torcendo para que a situação melhora, já passamos o pedido ao Departamento de Circulação, que vai mandar.

CENTRO ACADÊMICO DE ESTUDOS DE QUÍMICA (Campinas - São Paulo) - "Tomamos conhecimento de POLITIKA a partir dos números 49 e 50. Gostaríamos de tê-los todos e pedimos instruções para adquirir os números anteriores."

Todos os números é impossível, porque nossa reserva esgotou até o número 20. Os demais poderão ser adquiridos através de cheque pagável no Rio. Quanto à assinatura, já providenciamos a remessa, presente de POLITIKA aos estudantes de Química de Campinas.

CHILE: SECOS E MOLHADOS



POLITIKA

(EDITORA TORA LTDA)

Presidente: Philomena Gebran
 Diretor: Sebastião Nery
 Conselho Editorial: Oliveira Bastos,
 Gerardo Mello Mourão,
 Paschoal Carlos Magno.

Gerente: Enéas Resque
 Editores: Jorge França, Mury Lydíá
 Arte: Antônio Calegari
 Ilustração: Luis Fonseca
 Humor: Fritz, Calicut

Correspondentes: Murilo Marroquim
 (Brasília), Vilfela Neto (Paris)
 Publicidade: Epítáeio Caó
 Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133,
 gr. 1601. Tel. 232-1981 - Rio - GB

São Paulo: Assistente de Diretoria -
 Paulo Pereira - Av. 9 de Julho, 254 - 3º
 andar telefone - 34-1627

Brasília: PLANTEC LTDA Av. W-3 (Setor
 Comercial) Ed. Sônia, 4º andar tel.
 24-5376 - 24-7376

Fortaleza: Dário Macedo - Av. Duque de
 Caxias, 823, gr. 301 - Tel. 21-7046

Porto Alegre: Hui Silva de Carvalho -
 Rua Miguel Tostes, 924, gr. 101
 Tel. 23-1754

Fotos: Tribuna da Imprensa, O Cruzeiro e
 O Jornal

Distribuição (exclusiva em todo o Brasil):
 Fernando Chinaglia Distribuidora S/A -
 Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajaú)
 Rio - GB

Composição e impressão: máquinas ele-
 trônicas IBM da Gráfica Editora Jornal do
 Commercio - Rio - GB